



UC/FPCE_2015

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Autoconceito e Comportamentos Antissociais: Estudo
Empírico Junto de Alunos do 1º e 2º Ciclos do Ensino
Básico**

Maria João Mendonça Amaro Cabral Viveiro (e-mail:
mariajviveiro@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em
Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob
a orientação da Professora Doutora Maria da Luz Bernardes
Rodrigues Vale Dias

Autoconceito e Comportamentos Antissociais: Estudo Empírico Junto de Alunos do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico

Resumo: O presente estudo exploratório teve como intuito analisar a possível relação entre o desenvolvimento do autoconceito e de comportamentos antissociais em crianças e adolescentes, uma vez que, estes são constructos que desempenham um papel significativo na formação dos indivíduos ao longo da vida. Os dados de estudo foram recolhidos em escolas públicas, junto de uma amostra de 187 sujeitos (99 rapazes) com idades compreendidas entre os 7 e 13 anos de idade e uma média de idades de 9 anos.

Nesta investigação foram utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: para recolher alguma informação contextual pertinente à análise em causa (idade, ano de escolaridade, género, nível socioeconómico, etc.), foi administrado um “*Questionário Sócio-demográfico*”; de seguida, para avaliar o autoconceito recorreu-se à escala “*Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale*” (*PHCSCS-2*) de Piers & Herzberg (2002), com adaptação à população portuguesa por Feliciano Veiga (2006); e por último, para avaliar os comportamentos antissociais utilizou-se a escala “*Self-Reported Antisocial Behavior scale*” (*SRA*), originalmente elaborada por Loeber e colaboradores (1989), versão portuguesa experimental de Fonseca com estudo factorial de Cavadas (2010). Quanto aos resultados apresentados, verificou-se uma baixa prevalência de comportamentos antissociais na amostra de estudo, todavia, ficou comprovado que existia uma relação negativa reduzida entre este tipo de comportamentos e o autoconceito. Os resultados obtidos também apontaram para a existência de diferenças significativas nos comportamentos antissociais e alguns indicadores sócio-demográficos (idade, género, nível socioeconómico, etc.), o mesmo não se verificando em relação ao autoconceito.

Palavras-chave: crianças, adolescentes, autoconceito, comportamentos antissociais, *PHCSCS-2*, *SRA*.

Self-concept and antisocial behaviors: Empirical Study Among Students of 1st and 2nd Cycles of Basic Education

Abstract: This exploratory study was meant to examine the possible relationship between the development of self-concept and antisocial behaviors in children and adolescents, since these are constructs that play a significant role in the formation of individuals throughout life.

The study data was collected at public schools on a sample of 187 subjects (99 boys) aged between 7 and 13 years and a mean age of 9 years.

In this investigation the following assessment instruments were used: to gather some background information relevant to the analysis (age, grade, gender, socioeconomic status, etc.), a “*Socio-demographic Questionnaire*” was issued; then to assess the self-concept, the scale “*Piers-Harris Children's Self-Concept Scale*” (*PHSCS-2*) Piers & Herzberg (2002), with adaptation to the Portuguese population by Feliciano Veiga (2006), was applied; and lastly, the scale “*Self-Reported Antisocial Behavior scale*” (*SRA*), originally developed by Loeber and colleagues (1989), experimental Portuguese version of Fonseca with factorial study of Cavadas (2010), was used to assess the antisocial behavior. As to the results presented, there was a low prevalence of antisocial behaviors in the study sample, however, it was concluded that there was a small negative relationship between this type of behavior and self-concept. The results also pointed to the existence of significant differences in antisocial behavior considering some socio-demographic variables (age, gender, socioeconomic status, etc.), the same was not observed in respect to self-concept.

Key Words: children, adolescents, self-concept, antisocial behavior, *PHSCS-2*, *SRA*.

Agradecimentos

No término desta etapa académica, não poderia deixar de agradecer a todos que, de alguma forma ou de outra, contribuíram para a concretização deste trabalho. Deste modo agradeço:

...à Prof. Doutora Maria da Luz Vale Dias pelo apoio prestado, pelos momentos inigualáveis de partilha de experiência e de saber, pelos momentos de aprendizagem, compreensão e incentivo.

...aos meus pais, sempre presentes e encorajadores. Pelo apoio, dedicação, pelo conforto das vossas palavras nos momentos menos bons que tornaram sempre a distância em algo supérfluo. Agradeço-vos ainda os valores, a capacidade de sonhar e a força para enfrentar os inúmeros desafios que se vão sobrepondo ao longo da vida.

...às minhas irmãs pela paciência e preocupação, pelas palavras de incentivo e de persistência. Obrigada miúdas, “sempre a considerar”!!

...ao meu companheiro desta longa caminhada de vida académica e de amizade, sempre incansável nas horas mais difíceis, sempre cauteloso e paciente! João, esta devo-te a ti...pela compreensão mesmo no meu auge de frustração e desespero, soubeste-me fazer acreditar. Afinal, sempre conseguimos!

...aos amigos que nunca me deram a conhecer a palavra desistir! Em especial, às meninas pela tamanha preocupação e motivação.

...Por último e não menos importante, à minha avó que sempre se preocupou com o meu futuro. Apesar de já não estares mais entre nós, acompanhas-me em pensamento.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	3
Capítulo I – Autoconceito	3
1.1 – Raízes filosóficas do autoconceito	4
1.2 – Definição do autoconceito	5
1.3 – Modelos do autoconceito – dimensionalidade do autoconceito ...	6
1.4 – Formação do autoconceito – o autoconceito na infância e adolescência	6
1.4.1 – Infância	7
1.4.2 – Adolescência	8
1.5 – O autoconceito relacionado com diversos fatores	9
1.5.1 – Autoconceito relacionado com problemas de comportamento	9
1.5.2 – Autoconceito relacionado com o género	10
1.5.3 – Autoconceito relacionado com a idade	10
1.5.4 – Autoconceito relacionado com o nível sócioeconómico	11
1.5.5 – Autoconceito relacionado com a área de residência	11
Capítulo II – Comportamentos antissociais	11
2.1 – Conceptualização e contextualização dos comportamentos antissociais	12
2.2 – Teoria de Moffit e Caspi	13
2.3 – Multiplicidade de nomenclaturas	14
2.4 – Comportamentos antissociais em crianças e adolescentes	14
2.5 – Fatores de risco	15
2.6 – Caracterização de famílias com crianças e jovens com comportamentos antissociais	16
2.7 – A influência dos pares no desenvolvimento dos comportamentos antissociais	17
2.8 – Comportamentos antissociais relacionados com vários factores	17
2.8.1 – Comportamentos antissociais relacionados com o género	17
2.8.2 – Comportamentos antissociais relacionados com o nível sócioeconómico.....	18
2.8.3 – Comportamentos antissociais relacionados com o local de residência	18
2.8.4 – Comportamentos antissociais relacionados com a idade ...	19

II – Objectivos	19
1 – Objectivos da investigação e delimitação das hipóteses	19
2 – Desenho da investigação	20
III – Metodologia	20
1 – Amostra populacional	20
2 – Instrumentos	23
3 – Consistência interna dos instrumentos	26
4 – Procedimento de recolha de dados	26
IV – Apresentação e Análise dos Resultados	27
1 – Estatística descritiva	27
1.1 – Piers-Harris Children’s Self-Concept Scale (PHCSCS-2)	27
1.2 – Self-Reported Antisocial Behaviour Scale (SRA).....	28
2 – Teste de hipóteses	30
V – Discussão	38
VI – Conclusões	41
Bibliografia	43
Anexos	52

Introdução

Ao longo do desenvolvimento humano, desde que nasce até à sua morte, o indivíduo vai estabelecendo um leque diverso de interações com os que o rodeiam (primeiramente com a família e de seguida com professores, pares, entre outros significativos). As expectativas e as atitudes que vai assumindo ao longo deste percurso irão influenciar a qualidade dessas dinâmicas sociais. Por ser o primeiro sistema no qual o indivíduo está inserido, a família é considerada um microsistema onde cada membro tem uma posição e um papel socialmente definido, que reflete a sua organização estrutural e funcional (Gomes, Diniz, Araújo & Coelho, 2007).

Assim sendo, as relações que inicialmente a criança estabelece são com os seus pais, uma vez que, constituem os principais agentes de socialização, desempenhando um papel preponderante na aquisição de diferentes competências: sociais, cognitivas, afectivas e da personalidade (Marques, 2010). É logo na infância que a criança inicia a sua construção, que começa a estabelecer as suas primeiras ligações com o mundo, que aprende a comportar-se, os valores a deter, a criar o seu autoconceito, a confiar nas pessoas, o que lhe vai permitir o desenvolvimento de segurança íntima em relação a si próprio e ao mundo. Em paralelo com o desenvolvimento da autonomia e da confiança, a criança vai edificando a sua personalidade, que se reflecte na imagem que projecta para o mundo. Este processo de construção da sua própria personalidade é um processo que sofre constantemente a influência dos que a rodeiam (Bertol & Souza, 2010).

De certa forma, pode-se afirmar que o ser humano se rege e se percebe a si próprio, naquilo que os outros (para ele significativos) lhes transmitem, isto é, o autoconceito. Exemplos disso, são as inúmeras comparações a que desde cedo a criança é submetida ou porque se parece maioritariamente com a mãe ou com o pai ou porque, de alguma forma, é tida como o completo oposto do seu irmão ou irmã ou, simplesmente, por ser tímida, esperta, confiante, desorganizada, bem ou mal comportada. Comparações igualmente verificadas quando se tenta ensinar o modo ou o modelo de conduta que a criança deve adoptar. Este padrão repetitivo de educação pela comparação leva a que, pela necessidade de a criança se sentir reconhecida e amada, acabe por ceder a acatar as opiniões daqueles que lhe são próximos (Bertol & Souza, 2010).

Muitos dos modelos que são facultados no início da vida de uma criança são extremamente relevantes, tendo em conta que a irão ajudar a estruturar comportamentos socialmente adequados, a distinguir o certo do errado, de uma forma geral a ter valores, atitudes com parâmetros sociavelmente definidos. Apesar de a família representar a base estrutural para o desenvolvimento saudável do indivíduo, a instabilidade económica, a competitividade permanente na nossa sociedade, a fragilização/deterioração progressiva dos elos familiares, sem esquecer a adulteração sucessiva dos valores e da própria estrutura familiar, têm marcado de forma acentuada a

sociedade vigente. Como consequência desta evolução desenfreada, desligada de valores, tem-se desbravado caminho para que ocorra um incremento da violência, da criminalidade e, por acréscimo, um sentimento de insegurança (Gequelin & Carvalho, 2007). Pode-se dizer que este tipo de comportamentos se está a tornar como uma “pedra no sapato” na sociedade actual, sendo mesmo referido pelo Human Capital Initiative Committee (1997), como “*um problema de saúde pública tão perigoso como qualquer doença*” (DiLalla & DiLalla, 2004).

Na linha da frente dos principais visados, encontram-se as famílias mais carenciadas, sem grandes recursos de sobrevivência, que têm vindo a aumentar de número na nossa sociedade. Nestes núcleos familiares, tem-se vindo a verificar, cada vez mais, um desinvestimento na formação exemplar do ser humano, em áreas fulcrais como: educação, lazer, cultura, política e principalmente, no tempo despendido nas relações interpessoais (Gequelin & Carvalho, 2007). Assim, quando privações intensas como estas se sucedem, tornam-se facilitadoras do desenvolvimento de comportamentos violentos. A população alvo mais susceptível de desenvolver este tipo de comportamentos, situa-se na faixa mais jovem, uma vez que se encontra em pleno período de desenvolvimento, a edificar a sua identidade, a procurar a sua autonomia e a perceber quais os valores a adoptar. A sobrevivência ou a procura desta coloca em causa as condições de vida dos indivíduos, enfraquecendo-os a si mesmos e às relações que mantinham até então com os mais próximos. Como forma de refúgio ou apenas de expressão do caos que os envolve, muitos destes sujeitos acabam por recorrer a comportamentos agressivos, de opressão, de violência, de abandono ou por romper por completo com as relações mais significativas (Gequelin & Carvalho, 2007).

A presente dissertação, que incidirá no estudo do desenvolvimento autoconceito e dos comportamentos antissociais em crianças e adolescentes a frequentar o 1º e 2º ciclos do ensino básico, encontra-se estruturada em duas partes. A primeira parte engloba dois capítulos e diz respeito ao enquadramento teórico, conceptualizando a informação necessária e essencial para estudo de investigação que se irá analisar. O *primeiro capítulo* encontra-se direccionado para o autoconceito e o seu desenvolvimento tanto na infância como na adolescência, enquanto o *segundo capítulo* compreende o desenvolvimento dos comportamentos antissociais nos períodos referidos.

A segunda parte desta dissertação está direccionada para a investigação propriamente dita. Nesta secção encontram-se desenvolvidas as questões práticas relativas ao estudo realizado: definição de objetivos, metodologia utilizada, apresentação de resultados e a sua discussão e conclusão.

I – Enquadramento conceptual

Capítulo I – Autoconceito

“A maneira como uma pessoa se percebe e se avalia pode ditar a forma como se relaciona com os outros (...)”.

(Vaz Serra, 1986, p.58)

Tendo em conta a sua pertinência, o autoconceito tem sido estudado nas variadas áreas de Psicologia, das quais se salienta a *Psicologia da Educação* (Burns, 1979; Crook, 1984, Veiga, 1988, 1989), *Psicologia Clínica* (Vaz Serra, 1986) e *Psicologia Social* (Gecas, 1982; Neto, 1986), tornando-se cada vez mais imperativo o estudo de possíveis relações com outras dimensões, como o desenvolvimento dos comportamentos antissociais (*cit. in*, Albuquerque & Oliveira, 2002)

Ao longo do tempo, a literatura tem destacado a importância do impacto do autoconceito no comportamento do indivíduo (Faria, 2005; Emídio, Santos, Maia, Monteiro & Veríssimo, 2008). De facto, o autoconceito parece ser fulcral no seu desenvolvimento e crescimento enquanto pessoa, uma vez que, a sua compreensão permite entender a sua relação e influência com outros construtos como o rendimento escolar, o relacionamento interpessoal, a satisfação do indivíduo com o próprio, a sua relação com o que o rodeia e conseqüentemente a forma como se comporta perante diversas situações. Por outras palavras, para se compreender devidamente o processo do desenvolvimento humano torna-se essencial ir ao encontro do autoconceito.

Pode-se dizer que este constructo é uma construção cognitiva e social, que implica aspectos afectivos, motivacionais e avaliativos, que nem na teoria, nem na realidade são viáveis de separar, ao considerar-se que qualquer percepção sobre si mesmo está mediada por um juízo de valor, realizado pelo sujeito, em conformidade com a sua experiência social, a sua relação com os outros e os seus padrões culturais (Azaldúa, 2008; Clerici & Garcia, 2010).

Segundo Harter (1999) o aumento dos estudos nas últimas décadas em torno deste conceito, não só permitiu ampliar o seu conhecimento de uma forma mais aprofundada, como também relacioná-lo com outras variáveis, a fomentar a construção de instrumentos para a sua avaliação e propostas e planos de intervenção para promoção do autoconceito em diversas áreas). Tal pode ser explicado, pelo facto, do autoconceito constituir uma área de estudo muito abrangente, que suscita grande curiosidade, já que prediz o comportamento do indivíduo.

1.1. – Raízes filosóficas do autoconceito

O autoconceito tem sido objecto de estudo de um leque diversificado de campos do saber como, o filosófico, sociológico e o psicológico. As raízes remotas sobre como se produz o próprio autoconhecimento e como esse conhecimento afecta o próprio comportamento, encontram-se nas especulações filosóficas de diferentes autores e os primeiros psicólogos aceitaram o estudo do autoconceito como um legado. Assim, na área da Psicologia, a reflexão do constructo “autoconceito”, surge e desenvolve-se gradualmente ao longo do século XX, representando um modo de aproximação à antiga questão filosófica de “*quem sou eu?*” (González & Tourón, 1994, *cit. in* Jiménez, 2004). Este constructo encontra a sua origem particularmente na Psicologia do Eu e em autores como William James (1890) James Mark Baldwin e na Sociologia com autores como Charles Horton Cooley e George Herbert Mead, sendo estes responsáveis pelo início do estudo científico do autoconceito (Harter, 1999).

Toda uma sucessão de cientistas sociais se têm vindo a debruçar sobre a temática em causa, desenvolvendo teorias e modelos interpretativos, através de numerosas pesquisas e publicações (Emídio, Santos, Maia, Monteiro & Veríssimo, 2008; Saldanha, Oliveira, & Azevedo, 2011).

Como foi dito anteriormente, o primeiro autor a analisar sistematicamente o construto de autoconceito foi William James. É de destacar a sua contribuição no estudo do autoconceito, já que rompeu com abordagem fisiológica da época e introduziu a dimensão social no conceito em causa (Saldanha, Oliveira & Azevedo, 2011). Desta forma, as imagens que os outros teriam sobre o indivíduo reflectir-se-iam neste, formando o autoconceito. Para este autor, o ser humano possuiria tantos *selfs* sociais quantos os indivíduos que o reconhecem e lhe proporcionam uma imagem acerca dele (Barbosa, 1995).

Para James (1918) o *self* (conceito de si mesmo - autoconceito) constituía um atributo exclusivo do ser humano que o distingue dos demais animais e era considerado como um conceito complexo com distintas fontes e diversidade de significados, isto é, uma construção de natureza essencialmente cognitiva que se aproximava da ideia de consciência e de uma representação do próprio como um ser passível de compreender algo (*cit. in*, Emídio, Santos, Maia, Monteiro & Veríssimo, 2008). Para este autor, a formação do autoconceito desenvolvia-se com o decorrer do tempo, acomodando-se às transformações das estruturas e dos processos cognitivos. Seguidamente, segundo Harter (1999) e Cole (1991), com uma perspectiva mais dinâmica sobre o autoconceito surgiram os interaccionistas simbólicos, entre eles, Baldwin, Cooley e Mead, que encaravam o *self* como uma construção essencialmente social, que teria somente significado através da interacção com os que o rodeavam (*cit. in*, Emídio, Santos, Maia, Monteiro & Veríssimo, 2008). Estes interaccionistas defendiam a tese de que o sentido do *self* ou autoconceito se construía, essencialmente, com base na interacção social, enfatizando a importância ao papel atribuído às opiniões dos outros

na formação do autoconceito. Cooley (1922) destacou também o papel dos processos afectivos no desenvolvimento do autoconceito, ao referir que as auto-avaliações do indivíduo eram acompanhadas por sentimentos relacionados com o próprio *self* (Harter, 1996, 1998, *cit. in* Emídio, Santos, Maia, Monteiro & Veríssimo, 2008)

Por volta dos anos setenta (no contexto da Psicologia Social), a corrente da cognição social, revitalizou o estudo do autoconceito, dando-lhe um novo ênfase, ao considerar os processos cognitivos como gerais e fundamentais, ao adoptar o modelo de processamento de informação e por reconhecer os efeitos que conhecimentos pré-existentes podiam ter no processamento de informação (Sim-Sim & Lima, 2004). Acompanhando a progressiva influência das abordagens experimental e cognitivista, Allport, incentivou o investimento em pesquisas científicas relacionadas com o autoconceito, que se vem configurando atualmente como um diversificado campo de estudos (Saldanha, Oliveira, & Azevedo, 2011).

Desta forma, não se pode ser considerar este construto como sendo imutável, uma vez que, a sua construção sofre constantemente mudanças provenientes da diversidade cultural, do *feedback* fornecido pela sociedade e de outras variáveis de natureza diversa, especialmente das que são de ordem relacional e social (Melo, Giavoni, & Tróccoli, 2004; Tamayo, Campos, Matos, Mendes & Santos, 2001 *cit. in* Saldanha, Oliveira, & Azevedo, 2011).

1.2. – Definição do autoconceito

Abordar o autoconceito, é abordar um vasto entendimento que se reporta ao conhecimento do próprio, particularizado em cada indivíduo, de acordo com os elementos que considera ao tomar consciência de si mesmo (Sim-Sim & Lima, 2004). Através da revisão da literatura realizada, pode constatar-se que não existe uma definição precisa e universal do autoconceito, uma vez que, as diferentes terminologias atribuídas fazem com que impere uma falta de consensualidade (Carapeta & Viana, 2001). Um dos aspectos que contribuíram para gerar confusão e ambiguidade conceptual em torno do autoconceito, foi a elevada proliferação de nomenclaturas usadas pelos distintos autores para designar este constructo. Desta forma, dependendo das abordagens teóricas e das metodologias utilizadas para o estudo deste conceito, foram surgindo ao longo do tempo termos como: auto-estima, auto-imagem, auto-percepção, consciência de si, auto-representação (Anzaldúa, 2008).

Apesar do caos conceptual, de seguida são apresentadas algumas das definições mais relevantes, propostas por diversos autores.

O autoconceito, em termos gerais, pode ser definido como o conjunto de percepções que o indivíduo possui acerca de si próprio (Shavelson & Bolus, 1982; Fontaine, 1991); de uma forma mais específica, são as atitudes, sentimentos e conhecimentos em relação às próprias capacidades, habilidades, aparência e aceitação social (Custódio, Domingues, Vicente, Silva, Dias & Coelho, 2010; Ferreira, Veríssimo, Santos & Shin, 2008). Ainda que os termos utilizados com mais frequência

como referido anteriormente sejam: o autoconceito e a auto-estima. Alguns autores (Hughes, 1984) reconhecem a tendência a utilizá-los como sinónimos; porém, em linhas gerais, aceita-se que o autoconceito englobe ambos os aspectos (Anzaldúa, 2008). Purkey (1970) refere-se ao autoconceito como um sistema complexo (à medida que o sujeito se vai desenvolvendo e interagindo com o meio envolvente), organizado e dinâmico que está constantemente relacionado com as crenças, atitudes, sentimentos, capacidades, habilidades, aparência e aceitabilidade social que cada indivíduo considera como suas.

Bong e Sakaalvik (2003) referem que este construto se encontra estreitamente associado à noção de competência pessoal, remetendo para a avaliação sobre a capacidade intelectual de um modo global, sem que se excluam as aptidões e competências mais específicas de cada indivíduo (Faria & Lima Santos, 2001; Harter, 1985; Marsh, 1990; Shavelson, 2003 *cit. in* Neves & Faria, 2008). Por sua vez, Serra (1986) defende que, o autoconceito representa o que o indivíduo faz de si mesmo como o ser físico, social e espiritual ou moral. Para este, existe uma diferença entre o significado de autoconceito real (a forma como o sujeito se percebe e se avalia tal como é realmente) e ideal (a forma como este sente que deveria ou gostaria de ser).

1.3. – Modelos do autoconceito – Dimensionalidade do Autoconceito

Ao longo do tempo o estudo do autoconceito, não persistiu apenas uma perspectiva, no que diz respeito, à dimensionalidade deste constructo.

Os *modelos unidimensionais* constituíram uma primeira visão, considerando o autoconceito um constructo global. Rogers (1951) foi um dos percursores deste modelo (Sim-Sim & Lima, 2004).

Quanto ao *modelo multidimensional*, James (1890), foi o pioneiro na visão de múltiplos *selves*, identificando três componentes distintos no próprio *self*, o material, o espiritual e o social (Neto, 1998; Devine, Hamilton & Ostrom, 1994, *cit. in* Sim-Sim & Lima, 2004), avançando assim com a ideia de multiplicidade do constructo, quer no que respeita a facetas e respectiva hierarquia, quer no que se refere à identificação de dimensões.

1.4. – Formação do autoconceito – O autoconceito na infância e adolescência

“Revelar-se para si mesmo e para os outros, é um fenómeno universal que ultrapassando o espelho, tem implicações na imagem do próprio, sendo gerador de satisfações, de inquietações, de motivações.” (Sim-Sim & Lima, 2004 p.211)

Desde que nasce que o sujeito começa a construir uma imagem sobre si mesmo, a identificar-se como alguém diferente dos outros, a reconhecer as suas características físicas, a identificar as suas habilidades e competências, até a ser capaz de valorizar o seu desempenho, a sua relação com os outros e definir a sua identidade pessoal. Este longo caminho, único e irrepitível envolve um processo evolutivo e dinâmico, que muda ao longo do processo de desenvolvimento, mas que quando atinge a idade adulta

tende a estabilizar (Azaldúa, 2008). Uma das tarefas relevantes do desenvolvimento do indivíduo ao longo dos períodos da infância e da adolescência passa, incontornavelmente, pela formação de um autoconceito positivo e estável, visto que, constitui um indicador privilegiado de um desenvolvimento psicológico saudável (Aken, Lieshout & Haselager, 1996; Scriven & Stevenson, 1998 *cit. in* Raposo, Gonçalves, Teixeira & Fernandes, 2009). Para diversos autores (Rosenberg, 1981; Carvalho, 1992; Hattie, 1992; Hayes, Crocker, & Kowalski, 1999, *cit. in* Raposo, Gonçalves, Teixeira & Fernandes, 2009) o autoconceito é susceptível de condicionar o desenvolvimento cognitivo, social e académico dos indivíduos e de explicar, mediar e regular diversos tipos de comportamentos humanos.

O estabelecimento de interações com os outros é preponderante, não apenas para a criação de uma ideia acerca do outro, mas pela formação de uma imagem de si próprio, resultante das informações transmitidas pelos que o rodeiam e da experiência com o ambiente social, dando origem, a um autoconceito com características positivas ou negativas nas diferentes áreas (académica, profissional, emocional, social entre outras) (Lopes, 2006). O incremento do autoconceito ocorre em paralelo com o desenrolar do raciocínio, da linguagem e com a tomada de consciência do indivíduo como elemento da sociedade (Sanchez & Roda, 2003) e a sua formação ocorre fundamentalmente devido à socialização primário entre os pais e os pares.

1.4.1– Infância

Compreender a infância implica compreender o desenvolvimento emocional da criança desde o nascimento até à adolescência. A infância é considerada por inúmeros autores como uma fase essencial do desenvolvimento do ser humano, sendo talvez a fase mais crítica do desenvolvimento. Nesta etapa constituem-se as bases da vida psicológica necessárias ao desenvolvimento intelectual, emocional e moral futuro (Brazelton & Greenspan, 2001, *cit. in* Rosinha, 2005). Para Sisto, Bartholomeu, Rueda e Fernandes (2004), o autoconceito tem a sua origem nas fases mais prematuras do desenvolvimento, ao ser influenciado por todos os factores positivos ou negativos que já neste período têm lugar, e ao influenciar a personalidade e o desenvolvimento posterior dos indivíduos.

Quando o indivíduo nasce, ainda não possui consciência de si mesmo como ser humano, ou seja, o autoconceito não nasce consigo, todavia, nasce com uma capacidade inata para o sujeito se desenvolver ao longo da sua vida. Alencar e Virgolim (1993) referem que ao longo do seu desenvolvimento o indivíduo vai estruturando a sua experiência, à medida que desenvolve também a sua percepção de vida, tendo em conta, que o autoconceito irá formar-se a partir das aprendizagens que o sujeito realiza.

No decorrer do período da infância os indivíduos iniciam a construção de ideias em torno delas próprias (por via de comparações entre capacidades e competências previamente adquiridas (Muller, 2008), sendo estas maioritariamente positivas. O sujeito durante esta etapa tem a tendência de sobrevalorizar as suas próprias capacidades, investindo em

actividades em que este se percebe como mais competente e a desvalorizar aquelas em que se sente menos à vontade, mantendo desta forma, um autoconceito positivo (Nunes, 2010, *cit. in* Gonçalves, 2013).

Para Alencar e Virgolim (1993) as crianças à medida que se vão desenvolvendo, tornam-se cada vez mais independentes, mais conscientes, interagindo com o mundo, apreendendo as opiniões dos que lhe estão mais próximos, o que se vai reflectir na forma como a criança se irá perceber e avaliar. Faria (2005) chega mesmo a referir que o autoconceito ao longo desta fase, se encontra particularmente relacionado com o domínio físico da criança, uma vez que, que as opiniões dos que lhe estão mais próximos (como por exemplo os pares) irão ter grande peso na imagem que estas crianças começam a construir sobre elas mesmas, de forma directa ou indirecta (relativamente a atractividade física, peso, altura e forma de se vestir e se apresentar). Uma percepção negativa relativa ao seu aspecto físico poderá desencadear consequências na auto-estima da criança e no seu autoconceito.

1.4.2. – Adolescência

A adolescência é o período do desenvolvimento humano que se situa entre a infância e a vida adulta sendo que, no mundo ocidental, corresponde normalmente ao período aproximadamente entre os 11 e 18-19 anos de idade, não tendo limites rígidos de início e finalização, uma vez que, varia consoante a pessoa e somente se poderá considerar uma fase concluída depois de o jovem executar um leque diversificado de tarefas desenvolvimentais, próprias desta fase. Deste modo a adolescência começa com a puberdade e termina quando o indivíduo atinge o seu papel de adulto na sociedade (Sebastian, Burnett, & Blakemore, 2008). Este é considerado um intervalo onde são experienciadas descobertas e transformações a variados níveis (sociocultural, psicológico, cognitivo e físico), ao ver-se envolvido numa avalanche desconhecida até então de sensações, sentimentos, formas de perspectivar a realidade, indo em busca daquele(s) com quem mais se identifica.

É durante esta fase que o jovem procura construir a sua identidade e autonomia, a desenvolver a sua própria personalidade através das experiências a que se submete, a sua forma de estar e compreender o que o envolve, reformulando os conceitos que possui a seu respeito, colocando de parte a sua auto-imagem infantil ao perspectivar-se no futuro (Henriques, 2009 *cit. in* Marques, 2013). As mudanças neste período ocorrem também a nível cognitivo, através do desenvolvimento do pensamento característico das operações formais, alterando a percepção que o adolescente tem de si, que até aqui se encontrava direccionada para aspectos comportamentais e externos. Agora o pensamento do adolescente centra-se em descrições abstractas, focando a sua atenção para aspectos internos e psicológicos do próprio comportamento (Harter, 1999). Segundo Harter (1999) o jovem começa a pensar, a formular hipóteses e estas capacidades irão permitir definir conceitos e valores, tornando-o mais introspectivo, mais consciente

de si próprio, mais preocupado com o que o rodeia. Muitas vezes, indivíduos com medo de falhar desvalorizam as suas competências, interiorizam a sua incompetência, levando à diminuição da sua autoestima e autoconceito (Faria, 2005).

As alterações autoconceito neste período pode também estar associadas à aquisição do realismo, uma vez que, à medida que o tempo passa o adolescente vai colocando de parte a sua visão positiva e irrealista muito característica das crianças (Fontaine, 1991) não descurando o papel que aspecto físico assume nesta etapa, já que, o adolescente ao sentir-se mais ou menos à vontade com o seu corpo que se encontra em constante mudança, pode tornar-se mais ou menos inibido, influenciando o modo de se relacionar com os outros e de lidar consigo.

1.5 – O autoconceito relacionado com diversos fatores

O autoconceito (tanto na infância como na adolescência) tem sido alvo de várias pesquisas, associando-o a algumas variáveis com o objetivo de se compreender o impacto que repercutem no desenvolvimento dos sujeitos. Deste modo, têm surgido inúmeras investigações que estudam este construto, juntamente com factores como: sexo, idade, nível socioeconómico e área de residência.

1.5.1 - Autoconceito relacionado com problemas de comportamento

São muitos os autores (Henderson, Dakof, Schwartz, & Liddle, 2006; Marsh, Parada, Yeung, & Healey, 2001; Vandergriff & Rust, 1985, *cit. in* Clemente & Santos, 2008), que referem que o autoconceito das crianças que apresentam problemas de comportamento é significativamente mais pobre do que as que não os apresentam. Assim, o facto do indivíduo sentir que tem pouco valor e de se sentir rejeitado pelos que o rodeiam, isto é, de ter uma auto-percepção negativa, pode levá-lo a agir de forma agressiva, antissocial, a inibir-se ou isolar-se, uma vez que, os problemas de interação social podem levar ao desenvolvimento de problemas de comportamento (Clemente, 2008). Henderson, Dakof, Schwartz e Liddle (2006, *cit. in* Clemente, 2008) defendem que o autoconceito em crianças e adolescentes com problemas de comportamento é relativamente mais pobre em comparação a outros sem problemas de comportamento. Como consequência, aqueles que possuem um autoconceito mais baixo, tendem a ser mais rejeitados pelos outros, e assim desenvolver comportamentos antissociais (Marques, 2013). Garaigordobil, Durá, e Pérez, (2005) afirmam que adolescentes que possuem um maior autoconceito demonstram níveis reduzidos de problemas de comportamento. Várias investigações sugerem que um baixo autoconceito pode ser um forte fator de risco para desencadear comportamentos desviantes ou estilos de vida negativos, como a delinquência (Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Webster, Kirkpatrick., Nezlek, Smith & Paddock, 2007). Adolescentes que apresentam níveis mais baixos de autoconceito e de autoestima são mais propensos a ter problemas de saúde física e mental, diminuição das

perspectivas económicas e níveis mais elevados de comportamento criminoso enquanto adultos (Trzesniewski, et al., 2006; Bidell 2010, *cit. in* Guimarães, 2012), existindo assim crescentes evidências da relação entre o baixo autoconceito e graves problemas de comportamento na juventude (Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Levy, 2001; H. W. Marsh, et al., 2001; Pisecco, et al., 2001 *cit.in* Bidell, 2010, *cit. in* Guimarães, 2012).

1.5.2 - Autoconceito relacionado com o género

Os estudos realizados sobre a influência do género no autoconceito, não são concordantes, sendo um assunto controverso (Peixoto & Mata, 1993). Estudos de Osborne e LeGette (1982), ao utilizarem o *Piers-Harris*, o *Self-Concept of Ability Scale* e o *Coopersmith SEI*, não encontraram diferenças no autoconceito em relação ao género, porém, concluíram que em domínios específicos, os sujeitos do sexo masculino apresentavam um autoconceito mais elevado na aparência física e em atributos da ansiedade (obtendo elevadas pontuações o que indica baixa ansiedade), já os sujeitos do sexo feminino, apresentavam um autoconceito mais elevado nos domínios do comportamento e social. Veiga (1995) e Peixoto (2005), também estão de acordo quando dizem não se verificar diferenças a nível do autoconceito global, em qualquer idade escolar, apesar de se notarem pequenas divergências em domínios mais específicos: os rapazes apresentam valores mais elevados nos domínios do autoconceito relativos à capacidade física, aparência física e matemática e as raparigas apresentam valores mais altos nas áreas: verbal, honestidade e relacionamento com pares do mesmo sexo.

Wylie (1979, *cit. in* Peixoto & Mata) num trabalho com indivíduos de ambos os sexos e de várias idades concluiu não existirem diferenças no auto-conceito global entre ambos os sexos, seja qual for o nível etário considerado. Para Wylie quando se verificam diferenças em factores específicos do autoconceito, estes acabam por se dissipar no autoconceito geral. Corroborando esta hipótese, Marsh (1989, *cit. in* Peixoto & Mata, 2003) não encontra diferenças significativas para o auto-conceito global entre rapazes e raparigas.

1.5.3 - Autoconceito relacionado com a idade

Em relação à influência da idade no autoconceito, também não tem havido uma consistência nos estudos desenvolvidos. Para Marsh (1989, *cit. in* Faria e Azevedo, 2004) o autoconceito aumenta com a idade, evidenciando um decréscimo no início da adolescência e aumentando de novo com o início da adultez. Para este autor, este declínio na fase da adolescência é explicado por um aumento da noção do realismo por partes dos sujeitos que decorre como produto da maturação cognitiva e da experiência de vida (Marques, 2013). Autores há, que defendem que existe um decréscimo do autoconceito, à medida que se vai progredindo na escolaridade, uma vez que, aos alunos mais velhos é-lhes imposto uma

maior exigência por parte de familiares (Litovsky & Dusek, 1985, *cit. in* Marta, 2012).

Outros estudos referem que os julgamentos realizados por jovens mais novos são por norma mais elevados, havendo uma tendência para inflacionarem sentimentos de competência (Harter, 1983, *cit. in* Marta, 2012).

1.5.4 - Autoconceito relacionado com o nível socioeconómico

A influência do nível socioeconómico no autoconceito tem demonstrado resultados igualmente contraditórios, havendo estudos que apresentam diferenças no autoconceito, entre indivíduos de classes sociais díspares (Fontaine, 1991; Marsh & Parker, 1984, *cit. in* Peixoto & Mata, 1993), e outros referindo a inexistência destas (Peixoto, 2003). Os estudos que defendem a prevalência de diferenças em certas dimensões do autoconceito quando o nível socioeconómico é considerado, referem que o autoconceito se manifesta a favor dos sujeitos pertencentes a níveis socioeconómicos mais elevados (Veiga, 1995), outros apontam para níveis socioeconómicos mais baixos (Fontaine, 1991; Marsh & Parker, 1984) e ainda outros que alegam não existir qualquer influência do estatuto social sobre o autoconceito (Bachman & O'Malley, 1986; Coopersmith, 1981; Mayurama, Rubin, & Kingsbury, 1981 *cit. in* Marta, 2012).

1.5.5 - Autoconceito relacionado com a área de residência

O contexto sócio-cultural também desempenha um papel preponderante na predição do autoconceito. No estudo de Campira, Araújo e Almeida (2014), realizado para avaliar o autoconceito de adolescentes em função do seu contexto sócio-cultural, algumas diferenças apresentaram-se estatisticamente significativas a favor dos alunos dos meios urbanos. Diferenças essas, que vão de encontro aos resultados obtidos por Dossen e Polonia (2007 *cit. in* Campira, Araújo & Almeida, 2014), onde os ambientes sociais e as suas exigências exerciam influência na construção das autoperceções de capacidade e de valor nos sujeitos. Segundo este estudo, os alunos residentes em meios urbanos, apresentavam um autoconceito geral mais elevado nos domínios da auto-estima, autoconceito social e ansiedade e mais pobre no domínio do autoconceito académico (Campira, Araújo & Almeida, 2014).

Capítulo II – Comportamentos Antissociais

A sociabilidade inerente à espécie humana baseia-se na “*capacidade humana de manter coesos os grupos e as redes, de lhes assegurar a coerência e a coesão que os constituem em sociedades*” (Baechler, 1995, p58). Por sua vez, a antissocialidade surge como a expressão de comportamentos por parte de um sujeito ou do grupo onde se encontra inserido, desvirtuando o conceito de sociabilidade, criando tensões devido à desconformidade diante das expectativas, normas ou valores formalmente

instituídos ou prevalentes (Machado, 2008). O comportamento antissocial de um sujeito social, dificilmente será compreendido se não se for ao encontro do meio social onde se encontra inserido e aos valores e orientações culturais. Assim, deve ser entendido como um produto de uma socialização conflituosa que entra em confronto com as normas e valores vigentes.

Estes comportamentos podem ser encarados como tendo um cariz egoísta, ao demonstrarem constantemente o desrespeito pelos direitos, liberdades dos outros, colocando em causa a sua qualidade de vida, e até mesmo a da comunidade onde se inserem (Machado, 2008). É essencial analisar os comportamentos antissociais inseridos no contexto de desenvolvimento, já que estes não surgem de modo espontâneo, desenvolvem-se progressivamente como produto de uma confluência de factores díspares (genéticos, neurológicos, psicológicos ou sociais) (Eron, 1997 *cit. in* Conte & Coelho, 2009; Verhulst, 2004 *cit. in* Cavadas, 2010;).

2.1 – Conceptualização e contextualização dos Comportamentos Antissociais

Durante o processo de desenvolvimento do ser humano, mais especificamente no período decorrente entre a infância e a adolescência, podem ser observados determinados comportamentos como: faltar às aulas, mentir ou fazer determinadas tropelias. Apesar deste tipo de comportamentos quando ocorrido esporadicamente e de modo isolado poder ser considerado “normal” (fazendo parte do processo de crescimento do ser humano), pode também levar ao desenvolvimento de autênticas patologias, representando um desvio do padrão do comportamento expectável para indivíduos da mesma faixa etária, sexo ou cultura (Bordin & Offord, 2000).

Estes comportamentos constituem uma realidade multideterminada, multidimensional porque são distintas as variáveis que influenciam na sua aquisição e manutenção e diversas as suas formas de expressão (Fonseca, 2000; Conte & Coelho, 2009). De realçar que este tipo de comportamento se manifesta de forma distinta, consoante o período de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra (infância, adolescência e idade adulta), dependendo das motivações que lhes estão subjacentes e as respectivas consequências (Cavadas, 2010). Desta forma, verifica-se que o conceito comportamento antissocial apresenta um domínio bastante mais vasto do que é definido pelo senso comum, tendo em conta a sua natureza e as suas distintas manifestações, suscitando interesse de alguns investigadores (Cavadas, 2010).

Fonseca (2000), definiu o comportamento antissocial como “*o padrão estável de desrespeito pelos direitos dos outros ou de violação das normas sociais próprias de uma determinada comunidade*”. Esta é uma concetualização geral, de forma a abranger problemas diferenciados, abarcando as manifestações mais simples como comportamentos de oposição e mentira até às mais gravosas como crimes graves punidos por lei (Fonseca, 2000).

Segundo o manual *DSM-IV* (American Psychiatric Association, 2002) o comportamento antissocial em crianças e adolescentes pode ser entendido como *distúrbio de comportamento*, definindo-se como um padrão repetitivo e persistente de comportamento no qual são violados os direitos básicos dos outros ou normas ou regras sociais importantes apropriadas à idade. Esses comportamentos podem enquadrar-se em alguns destes sintomas: *conduta agressiva que causa ou ameaça danos físicos a outras pessoas ou a animais* (e.g. perturbar, ameaçar e intimidar; iniciar lutas físicas; usar uma arma; ser cruel fisicamente com pessoas e/ou animais; roubar confrontando-se com a pessoa; e/ou forçar alguém a ter relações sexuais); *que causa perdas ou danos a propriedades* (e.g. atear fogo; destruir deliberadamente propriedades); *a desonestidade* (e.g. assaltar casas ou propriedades; enganar os outros; assaltar sem confrontação com a vítima); violações de regras e normas sociais (e.g. passar a noite fora de casa; fugir de casa; abstentismo escolar). É essencial que pelo menos três desses critérios tenham estado presentes nos últimos doze meses e pelo menos um deve ter sido observado nos últimos 6 meses (Bordin & Offord, 2000).

2.2 – Teoria de Moffit e Caspi

De forma a tentar compreender os comportamentos antissociais, Moffit e Caspi (1993) propuseram uma teoria centrada na trajetória do desenvolvimento do indivíduo, designada por “*taxonomia de desenvolvimento*”. Esta taxonomia foi arquitectada de acordo com a idade de início das trajetórias dos comportamentos antissociais, distinguindo igualmente dois tipos de comportamento: *o comportamento antissocial persistente ao longo da vida* do *comportamento antissocial limitado à adolescência* (Moffit & Caspi, 2000).

Segundo estes autores, o *primeiro tipo de comportamento* tem a sua origem no período da infância, é caracterizado por ser um comportamento estável ao longo do tempo (já que persiste mesmo quando atinge a maturidade), por ser constituído por uma componente genética e abranger um número reduzido de casos. Constituem autênticas formas de patologia, já que os indivíduos que apresentam este tipo de comportamento desde infância são aqueles que irão ser responsáveis na idade adulta pela maioria dos crimes mais gravosos. Provêm de contextos familiares desfavoráveis, exibindo precocemente temperamentos complicados (irrequietude, descontrolo, impulsividade, agressividade, negativismo, défices a vários níveis: cognitivos, motores ou linguísticos) e défices nas competências e habilidades sociais (Moffitt & Caspi, 2000).

Quanto ao *segundo tipo de comportamento* restringe-se apenas ao período da adolescência e refere-se à grande parte dos sujeitos que apresenta uma conduta antissocial. Este tipo de comportamento surge durante a puberdade, onde o sujeito se vê assoberbado com as mudanças que lhes são confrontadas, características desta etapa. Uma vez que, o adolescente se encontra a construir a sua própria identidade, é usual encontrar sujeitos com

este tipo de comportamentos, considerando-se por vezes um fenómeno normativo (Fonseca, 2000).

2.3 – Multiplicidade de nomenclaturas

Inúmeras têm sido as nomenclaturas empregadas para descrever os comportamentos antissociais manifestados por parte de crianças e adolescentes, o que tem desencadeado alguma confusão, já que predomina um leque diverso de expressões na literatura quando se refere este tipo de comportamentos, termos como: distúrbio de oposição, problemas de conduta, problemas de externalização e delinquência¹ (Fonseca, 2002) ou impulsividade, desafio, perturbação, desatenção, hiperactividade (DSM-IV, 2002).

O espectro de comportamentos antissociais existente, é vasto, já que compreende tanto comportamentos premeditados, a outros de natureza irreflectida e automática, como comportamentos causadores de danos sem grande significância, a desencadeadores de danos irreversíveis de tão gravesos que se apresentam. Uma vez que, para se presenciarem não está implícito a ocorrência de um confronto directo com a(s) vítima(s), podendo manifestarem-se na ausência desta(s) (Fonseca, 2000).

2.4 – Comportamentos antissociais em crianças e adolescentes

Identificar e compreender os percursos deste tipo de comportamentos, constitui uma preocupação central para se conseguir prevenir ou intervir mais precocemente possível (Erikson, Crosnoe & Dorbush, 2000; Mulvey & Woolard, 1997, *cit. in* Conte & Coelho, 2009), já que este poderá representar um grave risco para a sobrevivência tanto para o próprio indivíduo como para o seu meio circundante.

Muitos têm sido os autores que têm defendido a existência duma relação entre este tipo de comportamentos e as suas consequências comportamentais, essencialmente durante os períodos da infância e adolescência. Exemplo disso é, Sidman (1995), que refere que crianças com estes comportamentos, aprendem a utilizá-los à medida que os seus actos vão produzindo como consequência a eliminação de eventos perturbadores, ameaçadores ou perigosos, conseguindo livrar-se, esquivar-se ou apenas reduzir a frequência/intensidade de uma situação negativa (Marinho & Caballo, 2002). Patterson, Reid & Dishion (1992, *cit. in* Pacheco, 2004), defendem que tanto o comportamento pró-social como o antissocial de um

¹ O comportamento delinvente é com frequência apontado como um conceito semelhante e, por vezes, confundido com o de comportamento anti-social. O termo delinquência juvenil é utilizado frequentemente no contexto jurídico, no sentido de *“designar actos cometidos por um indivíduo abaixo da idade de responsabilidade criminal que são considerados ilegais. No caso do adulto, o comportamento anti-social é, também, muitas vezes utilizado como sinónimo de crime”* (Fonseca, 2000, p.11).

sujeito constituem o resultado das diversas interacções sociais que se vão proporcionando ao longo do seu percurso de vida, particularmente com membros da família, e que se vão alterando consoante as exigências ambientais e do desenvolvimento do indivíduo.

Durante os dois primeiros anos de vida é usual as crianças exibirem comportamentos de oposição e serem por vezes, difíceis de controlar (choro, tendência para manifestar oposição, fazer birras, insensibilidade emocional, resistência ao controlo, impulsividade, agressividade...). Lytton (1990 *cit. in* Fonseca, 2004) defende que o temperamento do indivíduo constitui um preditor de conduta antissocial, sendo considerado um factor de risco que supera muitas vezes o défice nas competências parentais. As crianças e os jovens antissociais utilizam comportamentos aversivos para moldar e manipular o seu ambiente e, devido à sua efectividade, este padrão pode tornar-se na principal forma desses indivíduos interagirem e lidarem com os que as rodeiam.

Apesar de já mencionado no capítulo do autoconceito, a adolescência constitui uma fase de transição, na qual decorrem um sem número de transformações a diferentes níveis: físico, social e psíquico (Martins, 2005). Tendo então em conta que o jovem ao transitar para esta fase se depara com incertezas e inquietações, o que muitas acontece é que este acaba por desafiar certas regras que lhe são impostas, gerando conflitos nas relações, que se se tornar recorrente, pode originar um grave problema para si e para os que o rodeiam, ao adoptar comportamentos antissociais (Simões, 2007).

2.5 – Factores de risco

São diversos os factores de risco relacionados com comportamentos antissociais e de origens variadas: individuais, familiares, económicos, práticas parentais, entre outros. Carroll, Houghton, Durkin, & Hattie (2009) sugerem a criação de cinco classes para abordar os factores de risco: individuais, familiares, grupais, escolares e comunitários.

Os *factores de risco individuais* referem-se aos factores que colocam os indivíduos em risco de apresentarem comportamentos antissociais. São factores intrínsecos ao sujeito e subdividem-se em três categorias: psicossociais, físicos e comportamentais. Estes autores referem que entre estes se podem destacar, as baixas competências sociais como a de resolução de conflitos, a falta de empatia, as dificuldades de aprendizagem, os problemas de atenção, os níveis baixos de autocontrolo, os problemas disruptivos e a impulsividade.

Os *factores de risco familiares*, que se direccionam para as relações que estes indivíduos estabelecem com a própria família e a forma com esta se organiza perante os problemas que vão surgindo. Também se subdividem em três categorias: a estrutura familiar, o funcionamento familiar e o estatuto socioeconómico da família. Os *factores de risco do grupo de pares*, referem a influência que os pares desviantes podem repercutir no desenvolvimento de comportamentos antissociais. Indivíduos que sustentem relações

negativas com pares, tendem a apresentar mais comportamentos antissociais, o mesmo sucede para indivíduos que mantenham relações com pares que pratiquem comportamentos antissociais, tendo mais probabilidade de se iniciarem nessas condutas. Os *factores de risco escolares*, dividem-se em três categorias: a organização escolar, o currículo e o clima escolar. Por último, os *factores de risco comunitários*, que se encontram associados às condições que a sociedade onde o indivíduo se encontra inserido apresenta: pobreza extrema, desorganização comunitária e zonas degradadas, elevada taxa de criminalidade, fácil acesso a armas, grandes concentrações de grupos delinquentes e existência de minorias étnicas (Carroll et al., 2009).

A acumulação de factores de risco e a sua associação, levam ao incremento da probabilidade de um indivíduo vir a desenvolver comportamentos antissociais (Carroll, et al., 2009). De seguida, irei abordar mais afincadamente a influência da família e dos pares no desenvolvimento dos comportamentos antissociais, já que representam duas entidades fulcrais nestes períodos de vidas.

2.6 - Caracterização de famílias com crianças e jovens com comportamentos antissociais

O núcleo familiar é visto como um sistema de extrema importância para a aprendizagem e manifestação de comportamentos da criança (Patterson et al., 1992, *cit. in* Marinho & Caballo, 2012) é de particular interesse a compreensão da sua influência no desenvolvimento dos comportamentos antissociais, uma vez que, assume um papel preponderante e directo no comportamento dos menores. Desta forma, as práticas familiares são consideradas como determinantes primários do comportamento antissocial.

Algumas características do funcionamento familiar (estruturais, comunicacionais e de adaptabilidade) consistem em elementos fragilizadores de adaptação e do desenvolvimento da família e do jovem, contribuindo para o desenvolvimento do comportamento antissocial de crianças e jovens integrantes neste tipo de família. Segundo Gequelin e Carvalho (2007), uma família com vínculos fortalecidos entre os seus membros, permite à criança e ao jovem um desenvolvimento físico e psicológico saudável, proporcionando autonomia, responsabilidade e valores. Estas caracterizam-se por serem famílias desmembradas, onde os limites impostos entre os elementos pertencentes são rígidos internamente e difusos com o exterior, as funções de protecção reduzidas, papéis parentais instáveis e laços afectivos quase inexistentes (Alarcão, 2002).

Segundo Alarcão (2002) e Lourenço (2004), as funções parentais neste tipo de famílias são bastante deficitárias, demarcando-se pelas atitudes e expectativas negativas persistentes em relação aos seus filhos, que por sua vez tendem a interiorizá-las, perspectivando o mundo numa visão disfuncional e pessimista. Prevalece também uma confusão no reconhecimento dos papéis de cada membro, havendo uma fraca delimitação no núcleo familiar. Geralmente, estes menores são caracterizados por

pertencerem a famílias numerosas e precárias, com problemas socioeconómicos. São por norma, desprovidos de afectos e apoio emocional por parte dos seus progenitores, e submetidos a práticas disciplinares rígidas ou relaxadas, inconsistentes e irregulares. O tipo de relacionamentos estabelecidos é comumente pautado por infelicidade, conflitos e agressões frequentes (Guequelin & Carvalho, 2007). Quanto à comunicação entre membros e até mesmo com o exterior é demasiado complexa e deficitária, uma vez que, o pouco tempo despendido em convívio familiar é vivenciado com instabilidade e caoticidade.

2.7 – A influência dos pares no desenvolvimento dos comportamentos antissociais

Para além dos progenitores, os pares têm desempenhado um papel importante, no desenvolvimento do comportamento antissocial, ainda no período da infância. Segundo autores como Snyder (2002, *cit. in* Marinho & Caballo, 2002), os pares proporcionam um contexto adicional, único e poderoso que influencia as diferenças individuais durante o desenvolvimento social da criança, o aparecimento de comportamentos que dificultem ou alterem a qualidade das dinâmicas de crianças e adolescentes, além de ser um problema em si mesmo, pode ocasionar problemas adicionais, já que altera o curso de desenvolvimento de outros comportamentos.

Tendo em conta que as amizades são parte fulcral no estabelecimento de comportamentos positivos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do funcionamento interpessoal e proporcionando oportunidades únicas para a aprendizagem de habilidades específicas que não poderiam ser obtidas de outra forma, nem em outros momentos da vida (Monjas, Caballo & Marinho, 2002), também se tem observado a sua cota-parte no desenvolvimento de comportamentos antissociais, contribuindo para a sua manutenção e conseqüentemente, agravamento deste tipo de comportamentos. Desta forma, e segundo estudos (Erickson, Crosnoe & Dorbush, 2000, *cit. in* Conte & Coelho, 2009), pode-se concluir que vínculos sociais relevantes entre crianças ou jovens com pares que apresentem comportamentos desviantes são um meio propício para o desenvolvimento deste tipo de comportamento.

2.8 – Comportamentos antissociais relacionados vários factores

2.8.1 - Comportamentos antissociais relacionados com o género

Em relação à questão do género, os comportamentos antissociais são mais frequentes no género masculino, contudo, a criminalidade das mulheres é, maioritariamente, de início tardio e não de início precoce (como nos comportamentos masculinos). Os comportamentos antissociais do género feminino englobam comportamentos como: espalhar boatos, rejeitar e hostilizar os outros, enquanto os comportamentos masculinos se encontram mais associados à agressividade (Fonseca, 2000). Num estudo de Silva (2005) que irá ser referido mais afincadamente mais adiante (na relação

entre os comportamentos antissociais e a área de residência), concluiu que os agressores eram maioritariamente do sexo masculino, quer no meio urbano, quer no meio rural.

Num outro estudo desenvolvido por Pires (2001) em escolas públicas de Lisboa, com uma amostra de 440 alunos do 2º ciclo, verificou que os agressores eram maioritariamente do género masculino. Silva (1995) ao analisar uma amostra de alunos do 5º e 6º ano de escolaridade constatou que os rapazes exerciam mais comportamentos agressivos comparativamente às raparigas.

Por último, Moffit, Terrie e Caspi (2001), referem existir uma razão entre rapazes e raparigas de 10:1 para delinquência com início na infância, contudo, esta diminui para 1,5:1 durante a adolescência.

Desta forma, a literatura parece indicar de forma consensual a existência de uma predominância masculina nos comportamentos antissociais.

2.8.2 - *Comportamentos antissociais relacionados com o nível socioeconómico*

A literatura que relaciona o nível socioeconómico com os comportamentos antissociais é controversa, já que vários estudos apontam para resultados contraditórios.

Um estudo que teve lugar em Cambridge realizado por West e Farrington durante 1961 e 1962, concluiu que a maior parte dos delinquentes que eram condenados provinham de famílias mais pobres e numerosas e eram vítimas de negligência por parte dos pais (Farrington, 1997 *cit. in* Fonseca, 2000). Um outro estudo realizado em Coimbra, por Azevedo (1981, *cit. in* Fleming, 2005), sobre jovens delinquentes e as suas características sociofamiliares, concluiu que a maior parte das famílias destes sujeitos eram maioritariamente caracterizadas por serem numerosas, pela extrema pobreza, pelo analfabetismo, pelo envolvimento de um dos pais no sistema justiça. Segundo Fonseca (2000), pode dizer-se que a pobreza e a desvantagem social constituem um factor de risco para a delinquência. Guerra, Tolan, Huesman, Van Acker e Eron (1995) mostraram, através de investigações que existe uma maior reacção de agressividade em crianças pobres, quando comparadas às demais.

Porém, Formiga (2003) refere que os comportamentos antissociais e delinquentes não se encontram directamente relacionados com a pertença a uma classe socioeconómico baixa, já que hoje em dia se encontram comportamentos deste tipo em classes socioeconómicas mais elevadas. Uma das razões apresentadas para justificar este facto, abrange as mudanças culturais e sociais que proliferam muitas vezes em prol dos interesses individuais dos jovens.

2.8.3 - *Comportamentos antissociais relacionados com o local de residência*

Existem autores que consideram que as taxas mais elevadas do comportamento antissocial se encontram em indivíduos que pertencem

maioritariamente a classes mais desfavorecidas e que vivem em meios urbanos. Fonseca (2000) chega mesmo a concluir que a pobreza e a desvantagem social constituem um fator de risco de delinquência.

Autores como Gomide (1996) referem que ambientes mais pobres, mais urbanizados e de certa forma mais povoados, são territórios mais propícios ao desenvolvimento deste tipo de conduta, já que as necessidades da comunidade integrante não são convenientemente satisfeitas. Num estudo realizado por Silva (1995), com 467 alunos do 3º ciclo de ensino básico (dos 12 aos 18 anos), que averiguava a existência de diferenças entre alunos do meio rural e urbano, verificou que existia uma maior percentagem de vítimas e agressores no meio rural comparativamente ao meio urbano.

2.8.4 - Comportamentos antissociais relacionados com a idade

Estudos longitudinais desenvolvidos em escolas secundárias na Austrália por Houghton e Carroll (2002) evidenciaram que entre os 13 e os 15 anos havia um aumento do envolvimento na delinquência, todavia, com o passar do tempo, grande parte dos adolescentes abandonavam esse tipo de comportamento (Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004).

No estudo de Silva (1995), mencionado anteriormente, o autor concluiu que prevalecia uma tendência para os alunos mais velhos agredirem os mais novos, com especial incidência em sujeitos do sexo masculino.

II - Objectivos

1 – Objectivos da investigação e delimitação das hipóteses

Apresentada a fundamentação teórica essencial para contextualização do presente estudo, urge a necessidade de se clarificar e identificar os objectivos estabelecidos nesta investigação. Considera-se como objectivo principal, averiguar a existência de relações entre o autoconceito e o comportamento antissocial em crianças e adolescentes a frequentar o 1º e 2º ciclos do ensino básico.

Este estudo pretende, também, caracterizar o autoconceito e os comportamentos antissociais da amostra estudada, analisando ainda o efeito de algumas variáveis sociodemográficas (idade, sexo, nível socioeconómico, área de residência).

A população-alvo em causa abarca indivíduos que se encontram ainda em plena fase da infância e outros já a iniciar a fase da adolescência. A escolha desta faixa etária deveu-se ao facto de tanto a infância como a adolescência serem períodos fulcrais no desenvolvimento do autoconceito e para a compreensão da evolução dos comportamentos antissociais, já que representam períodos onde as mudanças são frequentes (físicas, emocionais, sociais...), podendo advir destas, implicações positivas ou negativas para o comportamento e bem-estar do sujeito no decorrer da sua vida. Ainda, segundo diversos autores (Atzaba-Poria, Pike e Deater-Deckard, 2004; Bolsoni-Silva, Del Prette e Del Prette, 2000 *cit. in* Pereira, Cia e Barham (2008), são inúmeros os factores de risco relacionados com estas etapas de

desenvolvimento: problemas sócio-emocionais, baixo autoconceito, comportamentos problemáticos e relacionamentos conflituosos.

Estreitamente relacionadas com os objectivos supracitados, destaca-se a importância das seguintes hipóteses de investigação:

H1 – *Quanto melhor for o autoconceito, menos comportamentos antissociais apresentará o indivíduo.*

H2 – *Sujeitos residentes em áreas rurais apresentam um autoconceito inferior e desenvolvem mais comportamentos antissociais que crianças e adolescentes residentes em áreas urbanas.*

H3 – *O nível socioeconómico dos indivíduos não influencia o seu autoconceito, mas tem efeito a nível dos comportamentos antissociais.*

H4 – *Indivíduos mais velhos apresentam mais comportamentos antissociais e um autoconceito mais pobre do que os mais novos.*

H5 – *O nível socioeconómico dos indivíduos não influencia o seu autoconceito, mas tem efeito a nível dos comportamentos antissociais.*

2 - Desenho da investigação

A presente investigação seguiu uma metodologia de desenho não experimental, servindo apenas para observar fenómenos através do modo como ocorrem no seu contexto natural, analisando-os posteriormente, não existindo qualquer manipulação intencional de variáveis independentes (como sucede em metodologias com desenho experimental) (Sampieri, Collado & Lucio, 2007). Pode-se dizer que é também uma investigação correlacional, já que, após recolha da informação necessária, foi realizada uma correlação para averiguar a existência de relações entre o autoconceito e comportamentos antissociais em crianças e adolescentes, podendo ser positiva ou negativa (Sampieri et al., 2007). Em relação à recolha de dados, foi realizada apenas num único momento, podendo dizer-se que se trata de uma investigação transversal.

Os estudos transversais são vantajosos, uma vez que, não é necessário acompanhar os sujeitos durante um período de tempo para se retirar conclusões, bastando os dados serem analisados num determinado momento da vida dos inquiridos. São estudos caracterizados pelo fornecimento de resultados com prontidão e eficácia (Quivy & Campenhoudt, 2008). Por último, há a realçar que a metodologia utilizada para avaliar as variáveis, foi quantitativa, já que foram administrados questionários de resposta fechada, validados para a população portuguesa, sobre o autoconceito e comportamentos antissociais, adequados à amostra estudada, isto é, a crianças e adolescentes a frequentar os 1º e 2º ciclos do ensino básico.

III - Metodologia

1- Amostra populacional

De seguida, prosseguir-se-á com a caracterização da amostra, recorrendo à sua análise descritiva obtida através do programa estatístico *SPSS- versão 20*. A população do presente estudo incluiu um total de 187 sujeitos - crianças e adolescentes, 99 inquiridos do género masculino (52,9%) e 88 do género feminino (47,1%), verificando-se assim, uma predominância do sexo masculino em relação ao feminino (ver tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos sujeitos segundo o género e a idade.

	Frequência	Percentagem %
Género		
Sexo Masculino	99	52,9
Sexo Feminino	88	47,1
Idade		
7	1	0,5
8	37	19,8
9	72	38,5
10	58	31
11	16	8,6
13	3	1,6

A recolha de dados decorreu durante o mês de Maio de 2012 no **Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho**, mais propriamente no *Centro Escolar de Seia (zona urbana)*, *Centro Escolar de S. Romão (zona urbana)*, *E.B. 1, 2 e 3 Dr. Reis Leitão – Loriga (zona rural)* e *E.B. 2, 3 Dr. Guilherme Correia de Carvalho – Seia (zona urbana)*. Os sujeitos inquiridos frequentavam o ensino do 2º ao 5º ano de escolaridade, abrangendo alunos desde os 7 aos 13 anos de idade, situando-se a média de idades no valor de 9,34 (DP=1,01). Os inquiridos foram então agrupados em duas categorias, numa categoria etárias, numa categoria de sujeitos mais novos dos 7 aos 9 anos representando 58,8% da população (total - 110 sujeitos) e noutra categoria de sujeitos mais velhos dos 10 aos 13 anos de idade representando 41,2% (total - 77 sujeitos) (ver tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos sujeitos segundo os grupos etários.

	Frequência	Percentagem %
Idade em Categorias		
7 aos 9 anos	110	58,8
10 aos 13 anos	77	41,2

Dos alunos que responderam aos inquéritos administrados, 53 frequentavam a *E. B., Dr. Guilherme Correia de Carvalho* (28,3%), 25 a *E. B., 1, 2 e 3 Dr. Reis Leitão* (13,4%), 43 indivíduos o *Centro Escolar de São Romão* (23%) e finalmente, 66 frequentavam o *Centro Escolar de Seia* (35,3%). Destes, 3 alunos frequentavam o 2º ano (1,6%), 76 o 3º ano (40,6%), 55 o 4º ano (29,4%) e 53 sujeitos o 5º ano (28,3%). Assim, pode-se

verificar que o ano de escolaridade mais representativo é o 3º ano, seguindo-se o 4º ano, logo a seguir o 5º ano e por último com muito poucos inquiridos, o 2º ano de escolaridade (uma vez que, a *E. B., 1,2 e 3 Dr. Reis Leitão* é uma escola situada em Loriga, nos socacos da Serra da Estrela, das poucas resistentes à desertificação das escolas do interior, com muito poucos alunos, chegando a ter turmas com alunos de diferentes anos escolares).

Em relação às diferentes proveniências dos inquiridos, houve um agrupamento de várias localidades, de acordo com o novo reordenamento de território. Desta forma, pode-se dizer que 131 inquiridos residiam em áreas urbanas (70,1%) e 56 em áreas rurais (29,9%) (ver tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos sujeitos consoante a área de residência.

	Frequência	Percentagem %
Áreas de Residência		
Área Urbana	131	70,1
Área Rural	56	29,9

Em termos de agregado familiar, 162 inquiridos afirmaram viver com o pai (86,6%), 25 sujeitos não viviam com este (13,4%), 181 referiram que residiam com a mãe (96,8%), sendo muito reduzido o número de crianças e adolescentes que não habitavam com a progenitora (3,2%). 114 do total de inquiridos proferiu ter irmãos (61%): 94 apenas tinham 1 irmão (50,3%), 17 sujeitos com 2 irmãos (9,1%), 4 tinham 3 irmãos (2,1%), 2 sujeitos com 4 irmãos (1,1%) e apenas 1 com 7 irmãos (0,5%). Dos inquiridos 23 (10,7%) referiram ainda morar com avós e apenas 7 sujeitos afirmaram viver com tios (3,3%). Apenas 1 sujeito respondeu que vivia com a(s) madrinha(s) (0,55%), 1 sujeito referiu que habitava com o namorado da mãe (0,5%), 2 responderam que coabitavam com o padrasto (0,9%), 1 sujeito referiu que vivia com uma prima (0,5%) e por último, 1 sujeito referiu residir com uma sobrinha (0,5%).

Quanto ao nível socioeconómico, pode-se dizer que 63 dos inquiridos provinham dum seio familiar com um nível socioeconómico baixo correspondendo a 34,4% da população; 62 de um nível socioeconómico médio, representando 33,9% do total de sujeitos e 58 de um nível socioeconómico alto, predizendo 31,7% da população estudada (ver tabela 4).

Tabela 4. Distribuição dos sujeitos segundo o nível socioeconómico.

	Frequência	Percentagem %
Nível Socioeconómico		
Baixo	63	33,7
Médio	62	33,2
Alto	58	31,7

Assim, pode-se verificar que prevalece uma maioria de sujeitos com um nível-socioeconómico baixo. De realçar que existiram 4 sujeitos que

referiram não habitar com o pai ou com a mãe. O nível socioeconómico (NSE) foi calculado segundo o proposto por Neves (2007), isto é, através da profissão dos pais (NSP) e do nível de escolaridade (NSC) dos pais, utilizando-se, para o efeito, a NORMA, S.A.R.L. para a sua respetiva cotação. Para o cálculo do NSE foi utilizada a seguinte fórmula: $((NSP + NSC) \text{ pai} + (NSP + NSC) \text{ mãe})/4$. Os quocientes obtidos neste cálculo foram agrupados em três categorias: NSE baixo (desde 1,00 até 2,49), NSE médio (desde 2,50 até 3,49) e NSE alto (desde 3,50 até 5,00). Quando o aluno apenas vive com um dos pais, só é considerado o NSP e o NSC relativo a esse progenitor e a divisão é realizada por 2 (Neves, 2007).

2- Instrumentos

Foi dito anteriormente, mais especificamente nos objectivos fulcrais desta investigação que se pretendia averiguar a existência de uma relação entre o desenvolvimento do autoconceito com o desenvolvimento do comportamento antissocial em crianças e adolescentes do 1º e 2º ciclos de escolaridade, através de instrumentos de avaliação. Estes instrumentos serão descritos de seguida, de forma mais minuciosa.

- *Questionário Sociodemográfico*

O primeiro instrumento do protocolo constou de um breve questionário de caracterização do inquirido, preenchido pelos sujeitos que participaram no estudo. Este questionário é constituído por itens de resposta rápida e foi concebido com o intuito de recolher informações pessoais e académicas dos inquiridos e do seu agregado familiar com quem residem (idade, sexo, nível sociodemográfico, escola a frequentar, grau de escolaridade, local de residência, estrutura familiar de coabitação) (cf. Anexo A)

- *Escala de Autoconceito - Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHCSCS-2)*

A primeira versão desta escala (PHCSCS) foi desenvolvida nos anos sessenta por Piers e Harris, sendo revista posteriormente por volta dos anos oitenta, por Piers. Já em 2002, através de uma revisão, o instrumento em causa foi reduzido a 60 itens, dando lugar a uma nova versão – PHCSCS-2 (Piers e Herzberg, 2002, cit. in Veiga, 2006).

É, portanto, a segunda versão que se irá utilizar nesta investigação, de forma a conhecer o autoconceito e a sua relação com o comportamento (Veiga, 2006). O PHCSCS-2 é constituído então por 60 itens, como foi dito anteriormente, existindo alguns destes em forma invertida (itens invertidos: 1, 3, 4, 6, 7, 8,10, 11, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 45, 47, 48, 51, 52,56, 57, 58 e 59).

Este instrumento de avaliação é constituído por itens de índole dicotómica (escala de Thurstone), no qual cada item pode ser avaliado em 0 ou 1 pontos, dependendo da resposta fornecida pelo inquirido, associando-se assim, a uma atitude negativa ou positiva sobre si mesmo (Veiga, 2006).

Segundo o autor, o *PHCSCS* apresenta características psicométricas que o apresentam como uma escala fiável para avaliar o autoconceito. Tanto a sua versão original como a administrada neste estudo (*PHCSCS-2*), é composta por seis factores que procuram abranger todas as dimensões do autoconceito, já que se trata de um constructo multidimensional.

- O *Factor I* direcciona-se para o *Aspecto Comportamental (AC)*, e é composto por 13 itens (12, 13, 14, 18, 19, 20, 27, 30, 36, 38, 45, 48 e 58) que se referem à percepção que o indivíduo possui do seu próprio comportamento em diferentes contextos e à percepção que o mesmo tem da responsabilidade pelas suas atitudes, quer na escola ou no seio familiar; Este factor apresenta uma consistência interna de $\alpha_{AC}=0,74$;

- O *Factor II* diz respeito à *Ansiedade (AN)*, é constituído por 8 itens (4, 7, 10, 17, 23, 29, 56 e 59) e encontra-se relacionado a medos, a dúvidas, preocupações, inquietações e inseguranças sobre si mesmo. Encontra-se associado a expectativas e emoções negativas. Este factor apresenta uma consistência interna de $\alpha_{AN}=0,62$;

- O *Factor III* refere-se ao *Estatuto Intelectual e Escolar (EI)* e é composto por 13 itens (5, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 34, 39, 43, 50, 52 e 55) que mostram o modo como o indivíduo percebe o seu desempenho e rendimento intelectual na escola, como a admiração que o indivíduo pensa que lhe seja atribuída na turma, em detrimento das suas capacidades. Este factor apresenta uma consistência interna de $\alpha_{EI}=0,75$;

- O *Factor IV* refere-se à *Popularidade (PO)*, é constituído por 10 itens (1, 3, 6, 11, 32, 37, 41, 47, 51 e 57) que se relacionam com o processo de socialização do indivíduo, isto é, à forma como o sujeito se vê nas relações com os pares, à capacidade em fazer amigos, ao nível de popularidade e à maneira como se sente envolvido e desejado nas actividades de grupo. Este factor apresenta uma consistência interna de $\alpha_{PO}=0,70$;

- O *Factor V* incide sobre a *Aparência e Atributos Físicos (AF)* e é constituído por 8 itens (8, 9, 15, 33, 44, 46, 49 e 54) que visam avaliar a percepção do sujeito relativamente ao seu aspeto físico. Este factor apresenta uma consistência interna de $\alpha_{AF}=0,72$;

- O *Factor VI, e último*, direcciona-se para a *Satisfação-Felicidade (SF)* e compreende 8 itens (2, 28, 31, 35, 40, 42, 53 e 60) que dizem respeito, à satisfação que o sujeito tem de si próprio, estando igualmente associado ao grau de felicidade geral. Este factor apresenta uma consistência interna de $\alpha_{SF}=0,67$.

De realçar que em relação à pontuação, quanto mais elevada for a classificação em todos os factores, melhor será o autoconceito, todavia,

quanto maior for a pontuação exclusivamente no fator *Ansiedade (AN)*, menor é a ansiedade sentida pelo indivíduo (Veiga, 2006) (cf. Anexo B)

- *Questionário de auto-avaliação dos comportamentos antissociais – Self-Reported Antisocial Behavior (SRA)*

Originalmente elaborado por Loeber e colaboradores (1989), no âmbito de um estudo longitudinal, o *Questionário de Comportamentos antissociais (SRA)* foi mais tarde adaptado por Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso (1995) para a população portuguesa. A primeira versão adaptada para a população Portuguesa por Fonseca e colaboradores (1995) deste instrumento era constituída por 41 itens (a versão americana de Loeber e colaboradores – 1989 – era composta apenas por 33 itens) que tinham como objectivo medir comportamentos antissociais frequentemente referidos na literatura sobre crianças e adolescentes.

A adaptação deste questionário levou a que fossem realizadas algumas alterações de forma a melhorar a compreensão do questionário por parte dos alunos mais novos, aumentando também a variabilidade deste, não sendo os inquiridos apenas adolescentes do sexo masculino (versão americana), mas também adolescentes do sexo feminino e até sujeitos a frequentar o ensino primário. A versão que se irá utilizar consiste numa versão experimental de Fonseca com uma análise factorial realizada por Cavadas (2010), constituída por 63 itens e que revela boas qualidades psicométricas, isto é, boa validade.

Este instrumento de avaliação possui cinco subescalas que reúnem categorias de comportamentos antissociais: Agressão, Vadiagem, Roubo, Consumo de Substância Tóxicas e Danos/Vandalismo (Fonseca *et al.*, 1995), porém, no estudo factorial efectuado por Cavadas (2010), foram acrescentadas duas novas categorias (*Mentira (M)* e *Problemas com a Justiça (J)*), uma vez que, existiam itens que não se conseguiam ajustar a nenhum tipo. Os inquiridos teriam que responder a cada pergunta tendo em conta três opções de resposta (“*Nunca*”, “*1 ou 2 Vezes*” ou “*Várias Vezes*”), de acordo com a frequência da ocorrência de cada um dos comportamentos nos *Últimos 12 meses*. Teriam também que responder com duas opções de resposta (“*Sim*” ou “*Não*”), se teriam *Alguma vez na Vida*, adotado este tipo de comportamentos (Fonseca *et al.*, 1995).

Desta forma, a classificação final das categorias apresentou-se do seguinte modo:

-Subescala de Vadiagem (V) composta por 10 itens (20, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 58, 59);

-Subescala de Agressão (A) composta por 10 itens (21, 25, 26, 27, 28, 49, 53, 54, 55, 56);

-Subescala de Consumo de Substâncias Tóxicas (C) composta por 9 itens (36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44);

-Subescala de Danos/Vandalismo (VD) composta por 3 itens (1, 35, 57);

-Subescala de Roubo (R) composta por 19 itens (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 50);

-Subescala de Mentira (M) composta por 4 itens (22, 23, 24, 51);

-Subescala de Problemas com a Justiça (J) composta por 8 itens (45, 46, 47, 48, 60, 61, 62, 63);

3 – Consistência Interna dos instrumentos

Em relação à fidedignidade do *PHCSCS-2* aplicado na população portuguesa (Veiga, 2006) o coeficiente de consistência interna tende a ser elevado, obtendo-se resultados bons em diversas dimensões (e.g., $\alpha_{E.I.} = 0,75$), o mesmo sucedendo em relação ao resultado da *dimensão geral* $\alpha = 0,90$ (calculado através do alfa de Cronbach). Os resultados mais baixos obtidos (e.g. $\alpha_{S.F.} = 0,67$; $\alpha_{P.O.} = 0,70$) continuam a ser elevados, podendo afirmar-se que existe uma consistência interna aceitável (Veiga, 2006).

Na presente investigação, efectuou-se uma análise à consistência interna, através do alfa de Cronbach e os resultados obtidos indicam que esta escala tem boas qualidades psicométricas, $\alpha_{total} = 0,86$. Porém, em algumas dimensões (e.g. $\alpha_{A.F.} = 0,59$; $\alpha_{S.F.} = 0,57$), verificou-se uma consistência interna baixa. Quanto às restantes dimensões a consistência interna pode-se considerar aceitável, segundo o autor DeVellis (2003), ($\alpha_{A.C.} = 0,71$; $\alpha_{E.I.} = 0,67$; $\alpha_{A.N.} = 0,67$; $\alpha_{P.O.} = 0,64$).

Comparando a consistência interna da adaptação portuguesa deste instrumento realizada por Veiga (2006) e a consistência interna do presente estudo, pode-se verificar uma proximidade de valores, assumindo assim, uma consistência interna semelhante.

Quanto à consistência interna do *SRA* na presente investigação, foi calculada da mesma forma como se fez anteriormente para o *PHCSCS-2*, através do alfa de Cronbach. Os resultados obtidos foram bons, podendo dizer-se segundo DeVellis² (2003) que este questionário possui uma consistência interna aceitável, já que o alfa de Cronbach referente à prática de comportamentos antissociais nos “Últimos 12 Meses” foi de $\alpha = 0,70$ e o alfa correspondente à prática de comportamentos antissociais “Alguma vez na Vida” (modificando apenas a modalidade de resposta para “Sim” ou “Não”) foi de $\alpha = 0,79$.

4- Procedimento de recolha de dados

O estudo em causa visou analisar, compreender e interpretar a possível relação entre desenvolvimento do autoconceito e comportamentos antissociais em crianças e adolescentes.

Primeiramente foram dados a conhecer os objectivos do presente estudo ao Director do Agrupamento de Escolas (cf. Anexo C), pedindo a sua permissão para a aplicação dos questionários de avaliação no meio escolar

² DeVellis (2003), para categorizar a consistência interna definiu valores referência para o alfa de Cronbach, desta forma: valores até 0,6, a consistência é considerada inaceitável; valores entre 0,6 e 0,65 a consistência é tida como indesejável; valores de alfa situados entre 0,65 e 0,70, consistência mínima aceitável; valores situados entre 0,70 e 0,80 definem uma consistência assumida como respeitável; entre 0,80 e 0,90, uma consistência interna com valores muito bons; e por último valores acima de 0,90 o autor aconselha a que se realize uma redução de itens.

que gere. Posteriormente, foram enviadas solicitações aos encarregados de educação dos alunos que iriam ser inquiridos (*cf.* Anexo D) e informaram-se os professores responsáveis pelas turmas que leccionavam (*cf.* Anexo E), das condições necessárias para a avaliação decorrer sem quaisquer entraves.

Desta forma e somente após a recolha das autorizações necessárias para a administração dos instrumentos de avaliação, se procedeu ao momento de avaliação propriamente dito através da aplicação: do *Questionário Sociodemográfico*; da Escala de Autoconceito - *Piers-Harris Children's Self-Concept Scale*; e por último, do "*Self-Reported Antisocial Behavior scale*". A recolha de dados decorreu em durante o mês de Maio de 2012 em contexto escolar – na sala de aula, de forma colectiva, garantindo-se o anonimato e confidencialidade das respostas, já que são princípios éticos inerentes a qualquer tipo de investigação.

Foram distribuídos 230 questionários, dos quais apenas 187 foram devidamente autorizados e preenchidos, tendo uma percentagem de 81,3% de resposta.

Por último, e não menos importante, procedeu-se ao tratamento de dados através de introdução dos resultados obtidos numa base de dados em *SPSS-20 (Statistical Package for the Social Sciences - Versão 20)*, criada propositadamente para este estudo.

IV - Apresentação e Análise dos Resultados

1. Estatística Descritiva

1.1 – *Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHSCS-2)*

Tal como anteriormente foi referido, a Escala de Autoconceito Piers-Harris (*PHSCS-2*), adaptada por Veiga (2006), é constituída por seis factores que procuram abranger todas as dimensões do autoconceito. De seguida proceder-se-á à análise descritiva (média e desvio-padrão das respostas) de cada um destes factores.

Em relação ao *Factor I*, correspondente ao *Aspecto Comportamental* abrange 13 itens, verificou-se que obteve uma média de 10,95 (DP=2,08), já na adaptação de Veiga (2006), a média total obtida para idades aproximadas, foi de 9,58 (DP=2,47). Segundo estes resultados, pode-se afirmar que os sujeitos da amostra de estudo possuem um autoconceito, no que se refere ao *Aspecto Comportamental*, ligeiramente superior aos encontrados por Veiga na referida adaptação.

As respostas relativas a esta dimensão variaram entre 3 e 18.

Quanto ao *Factor II*, relativo à dimensão *Ansiedade* sentida pelos inquiridos, constituída por 8 itens, obteve uma média de 4,84 (DP=1,94), muito semelhante à apresentada pelos sujeitos mais novos da adaptação portuguesa 4,82 (DP=1,8). As respostas variaram entre 0 e 8.

No diz respeito ao *Factor III*, direccionado ao *Estatuto Intelectual e Escolar*, composto por 12 itens, obteve uma média de 9,85 (DP=2,4) e as suas respostas variaram entre 3 e 13. A média encontrada por Veiga (2006)

para sujeitos com idades aproximadas foi de 8,18 (DP=2,62). Desta forma, concluiu-se que os sujeitos da presente amostra, possuem um autoconceito, ligeiramente mais elevado, em relação a este factor.

Já em relação ao *Factor IV*, correspondente à dimensão de *Popularidade*, constituído por 10 itens, apresentou uma média de 8,02 (DP=1,9), tendo as suas respostas variado entre 1 e 10. Neste factor, também se pode verificar que o autoconceito dos sujeitos é um pouco mais elevado que o apresentado na adaptação do instrumento em 2006, com uma média de 7,4 (DP=1,84).

Em relação ao *Factor V*, que diz respeito à dimensão de *Aparência e Atributos Físicos*, constituído por 8 itens, obteve-se uma média de 5,75 (DP=1,67), em muito semelhante ao apresentado na adaptação portuguesa (2006) para a faixa etária mais próxima à do presente estudo, com uma média de 5,03 (DP=2,09). As respostas dos inquiridos variaram entre 0 e 8. Por último, o *Factor VI* relativo à dimensão *Satisfação e Felicidade* e composto por 8 itens, apresentou uma média de 7,34 (DP=1,08), tendo as respostas variado entre 3 e 8. A média apresenta é ligeiramente superior à apresentada por Veiga (2006), podendo dizer-se que o autoconceito da amostra deste estudo, em termos de *Satisfação e Felicidade*, é superior.

1.2 – *Self-Reported Antisocial Behavior scale (SRA)*

A versão utilizada neste estudo é um estudo experimental de Fonseca com uma análise factorial de Cavadas, realizada em 2000. Esta escala divide-se em sete subescalas, cuja análise descritiva é apresentada, de seguida (média e desvio-padrão das respostas).

Como foi mencionado anteriormente a subescala de *Agressão (A)* integra 10 itens (21, 25, 26, 27, 28, 49, 53, 54, 55, 56). A média para as respostas referentes aos “*Últimos 12 Meses*” é de 0,1 (DP=0,390) e para as respostas relativas à vertente “*Alguma vez na Vida*” é 0,1 (DP=0,381).

A subescala de *Vadiagem (V)* é constituída por 10 itens (20, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 58, 59). Para as respostas relativas aos “*Últimos 12 Meses*” a média obtida é de 0,26 (DP=0,679) e as respostas referentes à dimensão “*Alguma vez na Vida*” apresentam uma média de 0,27 (DP=0,65).

Relativamente à subescala de *Consumo de Substâncias Tóxicas (C)*, composta por 9 itens (36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44), a média obtida nas respostas alusivas à vertente “*Últimos meses*” foi de 0,07 (DP=0,312) e em relação à vertente “*Alguma vez na Vida*” a média apresentada foi de 0,11 (DP=0,451). A subescala de *Danos e Vandalismo (VD)* integra apenas 3 itens (1, 35, 57) e as respostas obtidas na dimensão “*Últimos 12 Meses*” obtiveram uma média de 0,01 (DP=0,103), já as respostas na vertente “*Alguma vez na Vida*” apresentaram uma média de 0,02 (DP=0,126). Esta subescala – *Roubo (R)*, pode ser considerada a subescala como a mais abrangente, uma vez que, é constituída por 19 itens (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 50). A sua média de respostas em relação à vertente “*Últimos 12 Meses*” obteve uma média de 0,07 (DP=0,428), já em relação à vertente “*Alguma vez na Vida*” apresentaram uma média de 0,07

(DP=0,415). Quanto à subescala de *Mentira (M)*, constituída por apenas 4 itens (22, 23, 24, 51), apresentou uma média de respostas relativamente à vertente “*Últimos 12 Meses*” de 0,29 (DP=0,691), e à vertente “*Alguma vez na Vida*” uma média de 0,27 (DP=0,618). Por último, a subescala *Problemas com a Justiça (J)* composta por 8 itens (45, 46, 47, 48, 60, 61, 62, 63), obteve uma média de respostas referentes à vertente “*Últimos 12 Meses*” de 0,24 (DP=0,509), e uma média de respostas na vertente “*Alguma vez na Vida*” de 0,03 (DP=0,301).

Globalmente, os dados descritivos obtidos com a aplicação deste instrumento de avaliação (SRA) permitem-nos verificar que as médias apresentadas são baixas, o que indica uma fraca existência de comportamentos antissociais, na amostra estudada.

- Relação entre as Escalas Totais de Comportamentos Antissociais (“Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”)

Quanto à relação estabelecida entre os totais da escala de comportamentos antissociais nas suas duas dimensões (“*Últimos 12 Meses*” e “*Alguma vez na Vida*”), pôde-se comprovar através da tabela 5 que existia uma correlação positiva muito elevada ($r=0,915$), a um nível de significância $<0,01$, isto é, muito significativa. À medida que uma destas variáveis aumenta, a outra também. Desta forma, pode afirmar-se que um sujeito que não apresente comportamentos antissociais na dimensão “*Alguma vez na Vida*” é bastante provável que não os apresente, nos “*Últimos 12 Meses*”.

Tabela 5. Correlação entre as dimensões (“*Últimos 12 Meses*” e “*Alguma vez na Vida*”) da Escala de Comportamentos Antissociais - SRA

	Total SRA “Últimos 12 Meses”
Total SRA “Alguma vez na Vida”	0,915**

Nota: Estão presentes nesta tabela apenas as relações significativas obtidas através do coeficiente de Pearson³; ** - significativa a $<0,01$.

- Relação entre a Escala Total de Comportamentos Antissociais “Últimos 12 Meses” e Subescalas do Comportamentos Antissociais “Alguma vez na Vida”

No que se refere à relação entre a Escala de Comportamentos Antissociais – “*Últimos 12 Meses*” e as Subescalas dos Comportamentos Antissociais – “*Alguma vez na vida*”, verificou-se assim que todas as Subescalas se encontravam positivamente correlacionadas. Correlações positivas baixas: SRA – Consumo – “*Alguma vez na vida*” ($r=0,306$); SRA – Vandalismo - “*Alguma vez na vida*” ($r=0,361$); Correlações positivas

³ Por convenção, em ciências exactas sugere-se que (Pestana & Gageiro, 2005): $r < .20$ indica uma associação linear muito baixa; r entre $.21$ e $.39$ evidencia uma associação baixa; r entre $.40$ e $.69$ indica uma associação moderada; r entre $.70$ e $.89$ significa que a associação é alta e, por fim, $r > .90$ é indicador de uma associação muito alta.

moderadas SRA – Agressão – “*Alguma vez na vida*” ($r=0,58$); SRA – Justiça - “*Alguma vez na vida*” ($r=0,559$); SRA – Roubo - “*Alguma vez na vida*” ($r=0,596$); e finalmente, Correlações positivas altas: SRA – Vadiagem “*Alguma vez na vida*” ($r=0,727$); SRA – Mentira - “*Alguma vez na vida*” ($r=0,736$); ao nível de significância 0,01 (cf. tabela 1 - anexo F).

- Relação entre a Escala Total de Comportamentos Antissociais “*Alguma vez na Vida*”, a Escala Total de Comportamentos Antissociais “*Últimos 12 Meses*”

Na análise da relação da Escala Total de Comportamentos Antissociais “*Alguma vez na Vida*” com as Subescalas dos Comportamentos Antissociais “*Últimos 12 Meses*”, verificou-se que existiam correlações positivas significativas com todas as Subescalas. Correlações positivas baixas: SRA – Justiça – “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,3$); SRA – Vandalismo – “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,335$); Correlações positivas moderadas: SRA – Consumo - “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,413$); SRA – Mentira – “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,639$); SRA – Vadiagem - “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,604$); SRA – Agressão – “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,639$); SRA – Roubo – “*Últimos 12 Meses*” ($r=0,663$); ao nível de significância 0,01 (cf. tabela 2- anexo F).

2. Teste de hipóteses

Posteriormente à análise descritiva dos dados surgiu a necessidade de testar as hipóteses colocadas anteriormente.

Desta forma, para analisar as diferenças entre grupos nas diversas variáveis em estudo, recorreu-se ao teste paramétrico *t de Student* para dois grupos independentes e à análise de variância *One-way ANOVA* para três grupos ou mais. Para analisar associações entre variáveis recorreu-se à análise correlacional (correlação de *Pearson*).

Quando não foi possível assumir a homogeneidade da variância, recorreu-se à utilização dos testes não-paramétricos de *Mann-Whitney-U* e *Kruskal-Wallis*, para dois e três grupos, respectivamente. A normalidade da distribuição desde sempre foi assumida, tendo em conta a dimensão amostral, de acordo com o Teorema de limite central de Barnes (1994), “(...) à medida que a dimensão das amostras aumenta, a distribuição da média amostral tende para a distribuição normal, independentemente do tipo de distribuição da variável em estudo” (Maroco 2007, p.213).

H1 – Quanto melhor for o autoconceito, menos comportamentos antissociais apresentará o indivíduo.

De seguida, procedeu-se à análise de possíveis relações entre as diferentes variáveis em estudo, através da análise correlacional (por coeficiente de *Pearson*). Os níveis de significância utilizados foram 0.01 e 0.05 (cf. Anexo G)

-Relação entre a Escala Total do Autoconceito e Escalas Totais de Comportamentos Antissociais (“Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”)

Para avaliar a existência de uma relação entre o desenvolvimento do autoconceito e o desenvolvimento dos comportamentos antissociais calculou-se o coeficiente de correlação de *Pearson* (cf. tabela 3 completa - anexo G).

Desta análise retirou-se que a associação estabelecida entre as variáveis escala total de autoconceito e as escalas totais de comportamentos antissociais é negativa baixa, quer para as práticas antissociais total nos “Últimos 12 Meses”, quer total “Alguma vez na Vida” ($r = -.146$ e $r = -.152$ respectivamente), isto é, à medida que se verifica o aumento de uma variável constata-se uma diminuição da outra. Neste sentido, o autoconceito revela relações significativas com os comportamentos antissociais ($p < 0.05$).

Tabela 6. Correlação entre o Total da Escala de Autoconceito e o Total das Escalas de Comportamentos Antissociais nas suas duas dimensões (“Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”).

	Total SRA “Últimos 12 Meses”	Total SRA “Alguma vez na Vida”
PHCSCS-2	-0,146*	-0,152*

Nota: Estão presentes nesta tabela apenas as relações significativas obtidas através do coeficiente de *Pearson*; * - significante a $< 0,05$. Consultar em anexo a tabela completa dos resultados obtidos através do coeficiente *Pearson* (tabela 3 – Anexo G).

-Relação entre a Escala Total do Autoconceito e Subescalas dos Comportamentos Antissociais nas duas dimensões (“Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”)

No que diz respeito à correlação entre a escala total do autoconceito e as subescalas dos comportamentos antissociais, somente foi possível averiguar uma relação negativa muito baixa do autoconceito geral e a subescala de *Mentira* nas suas duas dimensões (“Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”) ($r = -.166$ e $r = -.168$ respectivamente), desta forma, à medida que a variável do autoconceito aumenta, a subescala de *Mentira* dos comportamentos antissociais, diminuem e vice-versa ($p < 0,05$) (cf. tabela 3 do anexo G).

-Relação entre a Escala Total de Comportamentos Antissociais “Últimos 12 Meses” e as Subescalas do Autoconceito

Quanto à análise entre a escala total de comportamentos antissociais na vertente “Últimos 12 meses” e as subescalas do autoconceito, verificou-se que existia uma associação negativa baixa estabelecida entre a variável total SRA “Últimos 12 Meses” e a subescala do autoconceito – *Aspecto Comportamental* ($r = -0,375$) e uma associação negativa muito baixa entre o total SRA “Últimos 12 Meses” e a subescala de autoconceito - *Satisfação e Felicidade* ($r = 0,244$). Desta forma, pode-se admitir que existem relações

significativas entre a escala de comportamentos antissociais na dimensão “Últimos 12 Meses” e as subescalas de autoconceito: *Aspecto Comportamental e Satisfação e Felicidade* ($p < 0,01$) (cf. tabela 3 – Anexo G).

-Relação entre a Escala Total de Comportamentos Antissociais “Alguma vez na Vida” e as Subescalas do Autoconceito

Quanto à relação entre o total de comportamentos antissociais “Alguma vez na Vida” com as subescalas de autoconceito, verificou-se a existência de correlações significativas: correlação negativa moderada entre total SRA “Alguma vez na Vida” e a subescala do autoconceito - *Aspecto Comportamental* ($r = -0,403$); e uma correlação negativa baixa e a subescala do autoconceito – *Satisfação e Felicidade* ($r = -0,221$); ao nível de significância 0,01 (cf. tabela 3 – Anexo G).

-Relação entre as Subescalas do Autoconceito e as Subescalas dos Comportamentos Antissociais “Alguma vez na Vida” e “Últimos 12 Meses”

Como se pode verificar na tabela 3 em anexo G, existem algumas relações significativas entre a subescala do autoconceito – *Aspecto Comportamental* e algumas das subescalas da escala de comportamentos antissociais, tanto na dimensão “Últimos 12 Meses”, como na dimensão “Alguma vez na Vida”. Desta forma, apresentaram-se associações negativas muito baixas: a relação entre *PHCSCS-2 – A.C.* com as subescalas de *Roubo* da escala de comportamentos antissociais, tanto em “Últimos 12 Meses” ($r = -0,184$) como em “Alguma vez na Vida” ($r = -0,177$), com uma significância de $< 0,05$. Encontraram-se também as seguintes correlações negativas baixas: a relação *PHCSCS-2 – A.C.* e subescalas de *Consumo* do SRA, nas suas duas dimensões, “Últimos 12 Meses” ($r = -0,252$) e “Alguma vez na Vida” ($r = -0,23$); a relação entre *PHCSCS-2* e subescalas de *Agressão* do SRA, nas suas duas dimensões, “Últimos 12 Meses” ($r = -0,26$) e “Alguma vez na Vida” ($r = -0,245$); a relação entre *PHCSCS-2* e subescalas de *Vadiagem* do SRA, nas suas duas dimensões, “Últimos 12 Meses” ($r = -0,296$) e “Alguma vez na Vida” ($r = -0,349$); a relação entre *PHCSCS-2* e subescalas de *Mentira* do SRA, nas suas duas dimensões, “Últimos 12 Meses” ($r = -0,376$) e “Alguma vez na Vida” ($r = -0,252$); com uma significância de $< 0,01$.

Quanto às relações entre a subescala do autoconceito *Ansiedade* e as subescalas dos comportamentos antissociais nas suas duas vertentes, verificou-se que somente existia uma correlação positiva baixa entre a *PHCSCS-2 – A.* e a subescala de *Mentira* do SRA, para “Últimos 12 Meses” ($r = 0,225$) e uma correlação positiva muito baixa para “Alguma vez na Vida” ($r = 0,193$), a um nível de significância $< 0,01$.

No que diz respeito à subescala do autoconceito *Popularidade* e as subescalas do comportamento antissocial nas suas duas vertentes, verificaram-se correlações negativas muito baixas para “Últimos 12 Meses”, na subescala de *Mentira* ($r = -0,17$) e na subescala de *Roubo* ($r = -0,154$) a um nível de significância $< 0,05$; e para a vertente “Alguma vez na Vida” na Subescala de *Agressão* ($r = -0,181$) e na subescala de *Justiça* ($r = -0,189$) a um

nível de significância $<0,05$. Em relação à subescala do autoconceito *Satisfação e Felicidade* com as subescalas dos comportamentos antissociais nas suas duas dimensões, verificaram-se correlações negativas muito baixas na vertente “*Últimos 12 Meses*” quanto às subescalas de *Roubo* do SRA ($r=-0,192$) a um grau de significância de $<0,05$; e *Justiça* ($r=-0,159$), a um grau de significância de $<0,01$ e na vertente “*Alguma vez na Vida*” ($r=-0,161$) a um nível de significância $<0,05$.

Verificaram-se também correlações negativas baixas na subescala do SRA de *Mentira* na dimensão “*Últimos 12 Meses*” ($r=-0,236$) e na dimensão “*Alguma vez na Vida*” nas subescalas do SRA de *Mentira* ($r=-0,22$) e *Justiça* ($r=-0,245$) a um nível de significância $<0,01$ (cf. tabela 3 – Anexo G).

De modo geral, visto que, se constatarem algumas associações negativas (apesar de fracas) entre as escalas e subescalas de autoconceito e comportamentos antissociais (principalmente entre as escalas totais destas duas variáveis) pode-se afirmar que esta hipótese foi comprovada.

H2 – Sujeitos residentes em áreas rurais apresentam um autoconceito inferior e desenvolvem mais comportamentos antissociais que crianças e adolescentes residentes em áreas urbanas.

Nesta hipótese de investigação analisou-se a existência de diferenças no autoconceito e nos comportamentos antissociais, de acordo com as áreas de residência, de forma averiguar se estas variáveis se alteravam conforme a localização de áreas: urbanas ou rurais. Comparam-se as médias do autoconceito e dos comportamentos antissociais (nas suas duas dimensões) considerando as duas áreas mencionadas. Para tal, inicialmente foi testada a variância de todas as variáveis em causa, tendo em conta os grupos referidos.

Para as variáveis com variâncias homogêneas, procedeu-se a uma análise de comparação de médias através do teste *t de student* para duas amostras independentes. Para as restantes variáveis com heterogeneidade, procedeu-se à aplicação do teste não paramétrico de comparação de médias, *Mann-Whitney-U*.

Não foram encontradas quaisquer diferenças significativas a nível do autoconceito, entre a área rural e urbana ($U=3222$; $p=0,288$) (ver a seguinte tabela).

Tabela 7. *Mann-Whitney-U. Diferenças do autoconceito consoante as áreas de residência.*

	M	DP	Mean Rank	U
Áreas de Residência				0,288
Área Urbana	46,17	8,2	90,82	$p=0,288$
Área Rural	48,09	5,68	99,42	

M = média; Dp= desvio-padrão; U =estatística do teste de Mann-Whitney;

Tabela 8. Mann-Whitney-U. Diferenças dos comportamentos antissociais consoante as áreas de residência, na subescala de Mentira nas dimensões (“Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”).

Questionário de Comportamentos	Área Urbana		Área Rural		U
	M	Dp	M	Dp	
Antissociais – SRA					
Subescala de Mentira SRA – “Últimos 12 Meses”	0,36	0,74	0,14	0,55	U=3060,5 p=0,009
Subescala de Mentira SRA – “Alguma vez na vida”	0,33	0,65	0,14	0,52	U=3135,5 p=0,022

M = média; Dp= desvio-padrão; U =estatística do teste de Mann-Whitney;

Sujeitos em áreas urbanas apresentam mais comportamentos antissociais relacionados com a subescala de *Mentira*(M), do que sujeitos residentes em áreas rurais, tanto no que diz respeito aos “Últimos 12 meses” ($M_{Urbana}=0,36$; $DP_{Urbana}=0,74$; $M_{Rural}=0,14$; $DP_{Rural}=0,55$; $U=3060,5$; $p=0,009$) como em “Alguma vez da vida” ($M_{Urbana}=0,33$; $DP_{Urbana}=0,65$; $M_{Rural}=0,14$; $DP_{Rural}=0,52$; $U=3135,5$; $p=0,022$), podendo comprovar-se nas médias apresentadas na tabela 8. Para compreender melhor, os resultados obtidos (cf. tabelas 4, 5, 6 e 7 - Anexo I).

A hipótese não foi corroborada, uma vez que também não se verificaram diferenças significativas a nível do autoconceito e dos comportamentos antissociais em função da área de residência.

H3 – O nível socioeconómico dos indivíduos não influencia o seu autoconceito, mas tem efeito a nível dos comportamentos antissociais

Não foram verificadas quaisquer diferenças significativas a nível do autoconceito nos diferentes níveis socioeconómicos como se pode ver na tabela seguinte (16) (cf. Anexo J – tabelas 8 e 10), ao aplicar-se o *One-Way ANOVA* ($F=0,869$; $p=0,421$).

Tabela 9. One Way-ANOVA. Diferenças do Autoconceito consoante o Nível Socioeconómico.

	N	M	DP	F
Nível socioeconómico				
Nível Baixo	62	45,89	7,34	F=0,89
Nível Médio	61	47,64	7,16	p=0,42
Nível Alto	58	47,22	8,20	

N= número de sujeitos; M = média; Dp= desvio-padrão; F =estatística da One-Way ANOVA;

Porém, foi possível verificar algumas diferenças significativas relativamente aos comportamentos antissociais consoante o nível

socioeconómico dos sujeitos, através do teste de *Kruskal-Wallis* aplicado para as variáveis não paramétricas. Com efeito, foram verificadas diferenças significativas na variável *Total de comportamentos antissociais – “Alguma vez na Vida”* ($M_{\text{Baixo}}=0,43$; $DP_{\text{Baixo}}=1,07$; $M_{\text{Médio}}=0,81$; $DP_{\text{Médio}}=1,9$; $M_{\text{Alto}}=1,41$; $DP_{\text{Alto}}=2,49$; $X^2=9,67$; $p=0,01$) (ver tabela 17), foi-se averiguar mais aprofundadamente quais seriam as subescalas em que se poderia verificar a relação entre este tipo de comportamentos com o nível socioeconómico (tabelas 11 e 12), e constatou-se que apenas na subescala de *Mentira (M)* tanto na vertente de “*Últimos 12 Meses*” ($M_{\text{Baixo}}=0,11$; $DP_{\text{Baixo}}=0,36$; $M_{\text{Médio}}=0,29$; $DP_{\text{Médio}}=0,61$; $M_{\text{Alto}}=0,52$; $DP_{\text{Alto}}=0,96$; $X^2=8,3$; $p=0,02$) como na de “*Alguma vez na Vida*” ($M_{\text{Baixo}}=0,1$; $DP_{\text{Baixo}}=0,35$; $M_{\text{Médio}}=0,27$; $DP_{\text{Médio}}=0,55$; $M_{\text{Alto}}=0,48$; $DP_{\text{Alto}}=0,84$; $X^2=9,94$; $p=0,01$), persistia um grau de significância entre as variáveis.

Tabela 10. *Kruskal-Wallis*. Diferenças nos comportamentos antissociais (Total da escala de comportamentos antissociais – “*Alguma Vez na Vida*”) consoante o nível socioeconómico.

<i>Estatuto</i>	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>	X^2
<i>Socioeconómico</i>				
<i>Baixo</i>	63	0,43	1,07	$X^2=9,67$
<i>Médio</i>	62	0,81	1,9	$p=0,01$
<i>Alto</i>	58	1,41	2,49	

N= número de sujeitos; *M* = média; *Dp*= desvio-padrão; X^2 = estatística de teste de *Kruskal-Wallis*;

Tabela 11. *Kruskal-Wallis*. Diferenças nos comportamentos antissociais, subescala de *Mentira – “Últimos 12 Meses”*) consoante o nível sócio-económico.

<i>Nível</i>	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>	X^2
<i>Socioeconómico</i>				
<i>Baixo</i>	63	0,11	0,36	$X^2=8,3$
<i>Médio</i>	62	0,29	0,61	$p=0,02$
<i>Alto</i>	58	0,52	0,96	

N= número de sujeitos; *M* = média; *Dp*= desvio-padrão; X^2 = estatística de teste de *Kruskal-Wallis*;

Tabela 12. *Kruskal-Wallis*. Diferenças nos comportamentos antissociais, subescala de *Mentira – “Alguma vez na Vida”*) consoante o nível socioeconómico.

<i>Estatuto</i>	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>	X^2
<i>Socioeconómico</i>				
<i>Baixo</i>	63	0,1	0,35	$X^2=9,94$
<i>Médio</i>	62	0,27	0,55	$p=0,01$
<i>Alto</i>	58	0,48	0,84	

N= número de sujeitos; *M* = média; *Dp*= desvio-padrão; X^2 = estatística de teste de *Kruskal-Wallis*;

Ao analisar as tabelas anteriores relativas à comparação das médias dos comportamentos antissociais em função do nível socioeconómico, foi possível verificar que, a média de comportamentos antissociais, mais precisamente a subescala *Mentira*, aumentava à medida que se subia de nível socioeconómico, isto é, de baixo para médio e de médio para alto.

Estes dados vieram a corroborar a hipótese. Verificou-se o postulado relativamente ao autoconceito, e também em relação aos comportamentos antissociais, já que se verificaram diferenças significativas quanto à escala total de comportamentos antissociais na dimensão “*Alguma vez na Vida*” e à subescala *Mentira* nas duas dimensões (“*Últimos 12 Meses*” e “*Alguma vez na Vida*”) (cf. tabelas 9 e 11 - Anexo J).

H4 – Indivíduos mais velhos apresentam mais comportamentos antissociais e um autoconceito mais pobre do que os mais novos.

Com esta hipótese de investigação procurou-se saber se existiam diferenças expressas no autoconceito e nos comportamentos antissociais consoante a idade dos sujeitos inquiridos, através da formação de duas categorias de idades que os diferencia em sujeitos mais novos (7 aos 9 anos) e mais velhos (10 aos 13 anos). Para se testar a hipótese em causa, primeiramente observou-se se as variáveis envolvidas (autoconceito e comportamentos antissociais) eram homogéneas. Posteriormente, foi aplicado o teste paramétrico *t de student* para o autoconceito, uma vez que, esta era a única variável homogénea presente; para analisar as variáveis relativas aos comportamentos antissociais considerando duas dimensões (“*Últimos 12 Meses*” e “*Alguma vez na Vida*”), utilizou-se o teste de *Mann-Whitney-U*, já que estas não eram homogéneas nos dois grupos etários.

Tabela 13. Teste *t de student*. Diferenças do Autoconceito consoante os grupos etários.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>	<i>T</i>
<i>Grupos etários</i>				<i>T=1,322</i>
7 aos 9 anos	108	47,36	7,33	<i>p=0,188</i>
10 aos 13 anos	77	45,87	7,88	

N= número de sujeitos; *M* = média; *Dp*= desvio-padrão; *T* =estatística do teste de *t de student*;

Quanto aos resultados obtidos nas escalas totais tanto do autoconceito como dos comportamentos antissociais, verificou-se que não existia qualquer tipo de diferença significativa do autoconceito nos dois grupos de idade presentes nesta investigação (*T=1,322*, *p=0,188*). Já em relação à influência nas variáveis do comportamento antissocial tanto na dimensão “*Últimos 12 Meses*” e na “*Alguma vez na Vida*”, nos dois grupos de idade, verificaram-se diferenças significativas (*SRA - “Últimos 12 Meses” U=3427,5*, *p=0,014*; *SRA - “Últimos 12 Meses” U=3331*; *p=0,002*). No que diz respeito aos resultados das subescalas dos comportamentos antissociais, também se verificaram diferenças significativas em ambas dimensões (*SRA – Vadiagem – “Últimos 12 Meses” U=3525*, *p=0,003*; *SRA – Vadiagem –*

“Alguma vez na Vida” $U=3558$, $p=0,005$; SRA – Consumo – “Últimos 12 Meses” $U=3879$, $p=0,012$; SRA – Consumo – “Alguma vez na Vida” $U=3766$, $p=0,002$; SRA – Roubo – “Últimos 12 meses” $U=8,805$, $p=0,003$; SRA – Roubo – “Alguma vez na Vida” $U=10,329$, $p=0,001$) havendo um aumento das médias consoante a idade dos sujeitos. A hipótese foi parcialmente corroborada, uma vez que só se verificaram diferenças significativas quanto aos comportamentos antissociais, em função dos grupos etários (cf. tabelas 12, 13 e 14 – Anexo L).

Tabela 14. Kruskal-Wallis. Diferenças nos comportamentos antissociais (Total da escala de comportamentos antissociais – “Últimos 12 Meses”) consoante o grupo etário.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>U</i>
<i>Grupos etários</i>					
7 aos 9 anos	110	0,74	1,49	86,66	$U=3427,5$
10 aos 13 anos	77	1,47	2,27	104,49	$p=0,01$

N= número de sujeitos; *M* = média; *Dp*= desvio-padrão; *U* =estatística do teste de Mann-Whitney-*U*;

Tabela 15. Kruskal-Wallis. Diferenças nos comportamentos antissociais (Total da escala de comportamentos antissociais – “Alguma vez na Vida”) consoante o grupo etário.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>Dp</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>U</i>
<i>Grupos etários</i>					
7 aos 9 anos	110	0,50	1,34	85,78	$U=3331$
10 aos 13 anos	77	1,38	2,43	105,74	$p=0,002$

N= número de sujeitos; *M* = média; *Dp*= desvio-padrão; *U* =estatística do teste de Mann-Whitney-*U*;

H5 – Sujeitos do sexo masculino apresentam um autoconceito semelhante aos sujeitos do sexo feminino, porém, apresentam mais comportamentos antissociais.

Para compreender as diferenças entre sexos e nas variáveis autoconceito e comportamentos antissociais, recorreu-se ao teste de *U* de Mann Whitney para as variáveis não paramétricas. Nesta análise foi também realizado o teste *t de student* para a escala de autoconceito total e as suas subescalas, já que, apenas estas se apresentavam homogéneas, contudo, não foram detectadas quaisquer diferenças significativas.

Através dos resultados apresentados (c.f. tabela 16 – Anexo M), é possível verificar que não existe qualquer diferença significativa no género em relação ao autoconceito total, nem às suas respectivas subescalas ($T=0,280$; $p=0,78$). Contudo, verificou-se a existência de diferenças, consoante o género dos sujeitos, isto é, foi perceptível uma diferença entre o sexo feminino e masculino, no que diz respeito, às escalas totais dos comportamentos antissociais nas suas duas dimensões: Total SRA “Últimos 12 Meses”($U=3619,5$, $p=0,028$, $M_{\text{Masculino}}=1,31$ para $M_{\text{Feminino}}=0,73$) e Total SRA “Alguma vez na Vida”($U=3162$, $p=0$, $M_{\text{Masculino}}=1,22$ para

$M_{\text{Feminino}}=0,45$). Assim, é possível observar (*cf.* ver tabela 17 em anexo) que os rapazes apresentam, de forma significativa ($p<0,05$), uma média superior às raparigas.

Não obstante, os rapazes apresentaram, igualmente, uma média superior nas subescalas do SRA (SRA *Vadiagem “Últimos 12 Meses”*: $U=3761$, $p=0,013$, $M_{\text{Masculino}}=0,33$ para $M_{\text{Feminino}}=0,17$; SRA *Vadiagem “Alguma vez na Vida”*: $U=3716$, $p=0,008$, $M_{\text{Masculino}}=0,36$ para $M_{\text{Feminino}}=0,16$; SRA *Agressão “Últimos 12 Meses”*: $U=3967$, $p=0,017$, $M_{\text{Masculino}}=0,16$ para $M_{\text{Feminino}}=0,02$; SRA *Agressão “Alguma vez na Vida”*: $U=3922$, $p=0,010$, $M_{\text{Masculino}}=0,17$ para $M_{\text{Feminino}}=0,02$; SRA *Mentira “Últimos 12 Meses”*: $U=3512$, $p=0,001$, $M_{\text{Masculino}}=0,44$ para $M_{\text{Feminino}}=0,13$; SRA *Mentira “Alguma vez na Vida”*: $U=3519$, $p=0,001$, $M_{\text{Masculino}}=0,4$ para $M_{\text{Feminino}}=0,13$), à exceção da subescala de *Mentira “Últimos 12 Meses”* ($U=3826,5$, $p=0,046$; $M_{\text{Masculino}}=0,17$ para $F=0,32$).

Esta hipótese foi comprovada, já que não se verificaram quaisquer diferenças significativas a nível do autoconceito, mas foram encontradas diferenças de género nos comportamentos antissociais (*cf.* tabelas 15, 16 e 17 - Anexo M).

V - Discussão

Após a análise estatística (descritiva e teste de hipóteses) dos resultados obtidos no presente estudo empírico, foi realizada uma apreciação global destes, de modo a averiguar a sua consistência relativamente à revisão bibliográfica fundamentada, nos primeiros dois capítulos desta dissertação.

No que concerne a primeira hipótese (*H1 – Quanto melhor for o autoconceito, menos comportamentos antissociais apresentará o indivíduo*), comprovou-se que, de um modo geral, as variáveis: autoconceito e comportamentos antissociais se encontravam relacionadas negativamente, apesar de esta relação ser baixa. Desta forma, quando o autoconceito se apresentava mais pobre, o indivíduo tendia mais a desenvolver comportamentos antissociais e vice-versa. Pode-se então concluir que os resultados obtidos vão de encontro ao previsto pela literatura, já que autores como Henderson, Dakof, Schwartz e Liddle (2006) demonstraram que o autoconceito de crianças com problemas de comportamento era significativamente mais pobre do que o das crianças que não tinham qualquer tipo de comportamento (Clemente, 2008). Outras investigações (Donnellan et al., 2005; Fergusson & Horwood, 2002; Webster et al., 2007) também concluíram que um baixo autoconceito constituía um forte factor de risco para vir a desenvolver comportamentos antissociais. Por último, Garaigordobil e colaboradores (2005) referiram que um autoconceito mais elevado apresentava níveis mais baixos de problemas de comportamento (Gonçalves, 2013) o que torna a hipótese verosímil e é consistente com os presentes dados.

Contudo, não foram encontradas quaisquer relações significativas no que diz respeito às subescalas tanto do autoconceito como dos

comportamentos antissociais, à exceção da subescala “*Mentira*” dos comportamentos antissociais nas suas duas dimensões (“*Últimos 12 Meses*” e “*Alguma vez na Vida*”).

Em relação à segunda hipótese (*H2 – Sujeitos residentes em áreas rurais apresentam um autoconceito inferior e desenvolvem mais comportamentos antissociais que crianças e adolescentes residentes em áreas urbanas*), apenas se verificou influência da área de residência no desenvolvimento de comportamentos antissociais, através da subescala *Mentira* (nas suas duas dimensões), não se apresentando quaisquer resultados significantes para mais nenhuma escala ou subescala. De acordo com a revisão teórica realizada anteriormente, alguns autores consideram que os indivíduos com taxas mais elevadas de comportamento antissocial pertenciam maioritariamente a classes mais desfavorecidas e que habitavam em meios urbanos (Fonseca, 2000). Contudo, num estudo realizado por Silva (1995), com 467 alunos do 3º ciclo de ensino básico (dos 12 aos 18 anos), que averiguava a existência de diferenças entre alunos do meio rural e urbano, verificou que existia uma maior percentagem de vítimas e agressores no meio rural comparativamente ao meio urbano, o que acabou por não se verificar nesta hipótese.

Apesar de apresentar uma relação significativa com a subescala *Mentira* dos comportamentos antissociais, os restantes resultados obtidos não vão de encontro ao referido pela literatura. Uma das possíveis causas para a obtenção destes resultados, pode residir no facto de administração destes inquéritos ter sido realizada num meio relativamente pequeno, que apesar de agrupar áreas consideradas urbanas, inclui zonas de urbanização que não apresentam as condições características e inerentes às grandes zonas metropolitanas. De modo geral, trata-se de uma zona interior e desertificada, onde os contrastes entre as áreas urbanas e rurais se diluem, podendo isto ter-se traduzido nos resultados obtidos.

Por outro lado, não se pode descurar que os efeitos de variáveis como a área de residência podem exercer a sua influência de forma indirecta, funcionando muitas vezes apenas como um mediador de comportamentos antissociais (Fonseca, 2000).

Quanto ao autoconceito, era esperado que sujeitos de meios rurais apresentassem um autoconceito mais pobre comparativamente aos sujeitos de meios urbanos, já que, segundo Campira, Araújo e Almeida (2014), o autoconceito tende a ser mais elevado em populações residentes em meio urbanos, contudo não se obteve quaisquer resultados que pudessem corroborar esta hipótese. Considerações idênticas às que foram anteriormente apresentadas relativamente à diluição, neste estudo, entre áreas urbanas e rurais devem ser tidas em conta na leitura destes dados.

Quanto à terceira hipótese (*H3 – O nível socioeconómico dos indivíduos não influencia o seu autoconceito, mas tem efeito a nível dos comportamentos antissociais*), esta foi corroborada. Verificou-se, através

dos resultados obtidos, que o nível socioeconómico não assumiria qualquer influência sobre o autoconceito, o que vai de encontro a alguma literatura como Peixoto (2003) que refere que os níveis socioeconómicos não possuem qualquer relação com o autoconceito.

No que se refere, aos comportamentos antissociais, a média da escala total destes na dimensão “*Alguma vez na Vida*” e da subescala *Mentira* dos comportamentos antissociais (tanto para “*Últimos 12 Meses*” e “*Alguma vez na Vida*”), aumentavam à medida que o nível socioeconómico também progredia.

Os dados obtidos confirmam a hipótese inicial de que o nível socioeconómico está associado aos comportamentos antissociais, apesar de literatura ser controversa. Fleming e colaboradores (2005) procuraram averiguar perturbações de comportamento e verificar relações entre o comportamento dos jovens e características familiares e escolares dos mesmos, através de uma amostra elevada de jovens (994 sujeitos) no concelho de Matosinhos. Os autores concluíram que as habilitações literárias e o estatuto socioeconómico dos pais se encontravam associados ao aparecimento de comportamentos antissociais, uma vez que, a maioria dos sujeitos que roubavam eram filhos de pais com uma profissão média-alta e com um grau de instrução médio-superior, logo um nível socioeconómico mais elevado (Guimarães, 2012). As controvérsias encontradas na literatura justificam, assim, mais investigação sobre este aspeto.

No que diz respeito à quarta hipótese (*H4 – Indivíduos mais velhos apresentam mais comportamentos antissociais e um autoconceito mais pobre do que os mais novos*), Não se verificaram resultados significativos para a escala total do autoconceito, nem para as suas subescalas. Contudo encontraram-se diferenças significativas para a escala total dos comportamentos antissociais, nas suas duas dimensões e em algumas das suas subescalas. A literatura direccionada para a temática do autoconceito tem-se mostrado pouco consistente quanto à influência na idade no desenvolvimento deste. Marsh (1989, *cit. in* Faria e Azevedo, 2004) refere que o autoconceito aumenta com a idade, apesar de evidenciar um declínio no início da adolescência, aumentando posteriormente com o começo da idade adulta (Marques, 2013). Este autor explica essa diminuição com o aumento da noção de realismo que tem lugar neste período.

Conforme os resultados obtidos, verificou-se que existia uma relação entre a idade e o desenvolvimento de comportamentos antissociais. Estudos longitudinais realizados por Houghton e Carroll (2002) em escolas secundárias na Austrália revelaram que o envolvimento na delinquência aumentava durante o período da adolescência (Carroll, Houghton, Hattie & Durkin, 2004), apesar de grande parte abandonar esta conduta desviante ainda neste período de vida (Martinho, 2010). Este incremento dos comportamentos antissociais durante o período de transição para a adolescência e durante a mesma tem lugar devido às características de desenvolvimento inerentes a estes períodos. Deste modo, à medida que a

autonomia é alcançada, este tipo de comportamentos tende a diminuir (fase final da adolescência).

Por último, mas não menos importante, a quinta hipótese (*H5 – Sujeitos do sexo masculino apresentam um autoconceito semelhante aos sujeitos do sexo feminino, porém, apresentam mais comportamentos antissociais*). Os resultados obtidos não mostraram qualquer influência do género na determinação do autoconceito, corroborando o esperado, já que a fundamentação teórica refere que, neste período de infância e início da adolescência, não se verificavam grandes diferenças a nível de género.

Estudos de Osborne e LeGette (1982), utilizando o *Piers-Harris*, o *Self-Concept of Ability Scale* e o *Coopersmith SEI*, não encontraram diferenças no autoconceito a nível geral em relação com o género Wylie (1979, *cit. in* Peixoto & Mata, 1993) também concluiu, num estudo onde abrangeu sujeitos de ambos os sexos e de diferentes níveis etários, que não se percepcionavam grandes diferenças ao nível do autoconceito global, em função da variável sexo, independentemente da idade que estes possuíam. Outro estudo levado a cabo por Marsh (1989; Marsh *et. al.*, 1991, *cit. in* Peixoto & Mata, 1994) também não encontrou quaisquer diferenças significativas entre géneros a nível do autoconceito global, verificando apenas algumas em dimensões específicas do autoconceito, mas que tendiam a diluir-se no resultado global. Quanto aos comportamentos antissociais, já foram verificadas diferenças significativas consoante o género dos sujeitos, nas escalas, tanto em relação às escalas totais dos comportamentos antissociais nas suas duas dimensões, como em relação a algumas subescalas: Vadiagem - “Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”, Mentira - “Últimos 12 Meses” e “Alguma vez na Vida”, Agressão - “Últimos 12 Meses”. O facto de se verificarem diferenças significativas de comportamentos antissociais consoante o género vai de encontro ao expectável pela literatura. Para sustentar os resultados obtidos no teste desta hipótese, existem alguns estudos (Kazdin, 2001; Craig & Pepler 1997; Lahey e Waldman, 2004; Simões, Fonseca, Formosinho, Rebelo, Ferreira e Gregório 2000, *cit. in* Cavadas, 2010) que evidenciam que os sujeitos do género masculino se envolvem mais facilmente na prática de comportamentos antissociais. Pode também referir-se o estudo de Bekovic, Janssens, e Van As (2003 *cit. in* Guimarães, 2012) que, ao analisar os comportamentos antissociais de jovens de ambos os sexos e o relacionamento destes com as próprias famílias, concluiu que os sujeitos do género masculino apresentavam mais comportamentos antissociais que os do género feminino.

VI - Conclusões

Com o decorrer do tempo, a literatura tem destacado a importância do impacto do autoconceito e dos comportamentos antissociais no ser humano. Inúmeras têm sido as investigações em torno destes constructos, já que se tornou impensável estudar o desenvolvimento do indivíduo sem

salientar o papel que o autoconceito assume, ao modelar o comportamento, e por outro lado as repercussões que podem advir da adopção de comportamentos menos sociáveis, ao longo deste processo de construção que é a vida.

De uma forma geral, a presente investigação visa analisar averiguar a existência de relações entre o autoconceito e o comportamento antissocial em crianças e adolescentes a frequentar o 1º e 2º ciclos do ensino básico, tendo sempre em conta: o nível socioeconómico, a idade e o género, aspectos fulcrais para a sua compreensão.

Terminada a discussão de resultados, urge a necessidade de tecer algumas considerações, tendo em conta os resultados obtidos, reflectindo sobre algumas possíveis limitações próprias deste tipo de investigação e sugestões para futuros estudos.

O estudo realizado revelou que o autoconceito apresenta associações negativas com o comportamento antissocial, resultados que se encontram em congruência com a literatura (*e.g.*, Garaigordobil, *et. al.*, 2005). Alertando-se desta forma para a importância de um desenvolvimento saudável do autoconceito em crianças e adolescentes, bem como da pertinência do papel dos pais no desenvolvimento do comportamento dos seus filhos, ao atuar de forma preventiva, já que um autoconceito mais elevado tende a associar-se a um menor desenvolvimento de comportamentos antissociais que um autoconceito mais pobre.

Cabe, também salientar o efeito de algumas variáveis sociodemográficas a nível dos comportamentos antissociais, facto que permitirá pôr a hipótese de alguns factores de risco, podendo assim delinear algumas estratégias de prevenção dirigidas aos grupos mais vulneráveis.

Uma das limitações deste estudo prende-se com a faixa etária da população-alvo, uma vez que a amostra populacional presente abrange apenas adolescentes com idade máxima de 13 anos de idade. Este facto poderá ter enviesado os resultados obtidos, já que apesar de alguns destes sujeitos se situarem na fase da adolescência, encontram-se somente no seu início, o que não representa de todo uma etapa extensa que termina com a entrada na idade adulta, a partir dos 18 anos ou mesmo para além desta idade. Esta questão da idade limitada na presente amostra pode ser observada nas médias obtidas, através do *Questionário de Comportamentos Antissociais – SRA*, que foram sempre baixas, já que abrangiam itens que estariam mais direccionados para adolescentes mais velhos. Este questionário tem em consideração um conjunto de comportamentos antissociais que maioritariamente se verificam em idades mais avançadas (numa adolescência mais tardia), tendo em conta o contexto sociocultural onde se encontram inseridos (população portuguesa). Para sugestão futura, seria pertinente alargar a faixa etária da amostra.

Outra limitação do estudo em causa encontra-se associada ao facto de não terem sido considerados factores extrínsecos ao indivíduo (*e.g.* disfunção familiar) e de se ter somente em conta características individuais, enquanto abordagem explicativa para a determinação de certos

comportamentos. Para Negreiros (2008), não se deveria abordar os comportamentos desviantes como se de uma entidade homogénea se tratasse, já que para este autor se deve ter sempre em conta as diversas formas de manifestações do comportamento antissocial.

A aplicação de instrumentos de avaliação com itens de autorresposta a crianças e adolescentes também pode ser considerada como uma limitação, já que, por vezes, os sujeitos demonstraram algumas dificuldades em responder a determinados itens, ou até mesmo porque as respostas poderão ter sido condicionadas pelo que consideravam socialmente desejável. Este efeito de desejabilidade social pode ter influenciado a média de respostas de comportamentos antissociais, mostrando-se serem mais bem comportados do que realmente são (Fonseca, 2004).

Outro viés do estudo consistiu no facto de a amostra ser constituída por sujeitos pertencentes à área/região do interior do país, não reflectindo a heterogeneidade da população portuguesa. Como sugestão, seria desejável num estudo posterior, alargar a amostra de população também em termos de área de residência, para ser possível averiguar as diferenças entre as proveniências de sujeitos de zonas mais desertificadas com outros de zonas mais citadinas, propriamente ditas. Já que como foi dito anteriormente, neste estudo os contrastes entre zonas urbanas e rurais podem ter sido dissipadas, em muito devido à zona onde o estudo foi desenvolvido, prosseguir a investigação tem em conta este aspeto seria importante.

De modo a compreender o desenvolvimento dos sujeitos em causa e a sua trajectória, seria interessante administrar de novo os mesmos instrumentos de avaliação, anos mais tarde, de forma a obter uma visão longitudinal dos dados da amostra ao longo do tempo.

O contexto em que os questionários foram aplicados, em meio escolar, nomeadamente no final da última aula do dia, pode ter também contribuído para enviesar o estudo, já que a vontade de chegar o mais brevemente possível a casa (logo após o preenchimento do inquérito) pode ter levado a respostas precipitadas. Também o facto de ser de autopreenchimento, apesar da presença do examinador e do professor na sala, pode condicionar os resultados. Assim, seria relevante utilizar outras fontes de informação, como os pais e os professores, em investigações.

Bibliografia

Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios familiares – Uma visão sistémica*. 2.^a Edição, Coimbra: Quarteto Editora.

Albuquerque, C. & Ferreira C. (2002). Características psicológicas associadas à saúde: a importância do auto-conceito. *Millenium*, 26.

Alencar, E. & Virgolim, A. (1993). O papel do professor na formação do autoconceito. *Crianças*, 25, 11-12.

- American Psychiatric Association (2002) – *DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. 4ª edição. Lisboa: Climepsi
- Anzaldúa, M. (2008). El autoconcepto en niños de cuatro a seis años. *Tiempo de educar*, 9(18), 307-327.
- Baechler, J. (1995). Grupos e sociabilidade. In Bouson, R. (Eds.), *Tratado de Sociologia*, Porto,Asa, 57-95
- Barbosa, M. (1995). *A importância de um auto-conceito positivo na formação da identidade das crianças no jardim de infância*. (Dissertação de mestrado não publicada) Universidade do Porto, Porto.
- Bekovic, M., Janssens, J. & Van As, N. (2003). Family Predictors of Antisocial Behavior in Adolescence. *Family Process*. N.º 2, Vol. 42, p. 223-235.
- Bertol, C. & Souza, M. (2010). Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(4): 824-839.
- Bong, M., & Skaalvik E. M. (2003). Academic Self-Concept and Self-Efficacy: How Different Are They Really? *Educational Psychology Review*, 15, 1-40.
- Bordin, I & Offord, D. (2000). Transtorno de conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22 (II), 12-15.
- Burns, R. (1970). The self-concept. In Onate, P. (Ed.). *El autoconcepto*. Narcea. Madrid: S. A. Ediciones.
- Campira, F., Araújo, A. & Almeida, S. (2014, Fevereiro). *Autoconceito em alunos moçambicanos: resultados em função do género e do contexto sociocultural*. Comunicação apresentada no Instituto da Educação da Universidade do Minho, Braga.
- Carroll, A., Houghton, S., Hattie, J. & Durkin, K. (2004). Comportamento anti-social nos jovens: o modelo dos objectivos de aumento da reputação. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Crime* (pp.215-250). Coimbra: Almedina.
- Carroll, A., Houghton, S., Durkin, K. & Hattie, J. (2009). *Adolescent Reputations and Risk: Developmental Trajectories to Delinquency*. New York, Springer.

- Carapeta, C., Ramires, A., & Viana, M. (2001). Auto-conceito e participação desportiva. *Análise Psicológica*, 1(19), 51-58.
- Carvalho, M. & Gomide, P. (2005). O Efeito das Práticas Educativas Parentais no Comportamento Infrator de Adolescentes. *Estudos Psicologia*, 22 (3), 125-126.
- Cavadas, S. (2010). *Suporte social e o comportamento anti-social*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Clemente, I. (2008). *Autoconceito e problemas de comportamento em crianças com dificuldades de aprendizagem*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Clemente, I. & Santos, S. (2010). *Autoconceito e Problemas de Comportamento em Crianças com Dificuldades de Aprendizagem*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho, Braga.
- Clerici, G. & García, M. (2010). Autoconcepto y percepción de pautas de crianza en niños escolares. Aproximaciones Teóricas. *Anuario de Investigaciones*. XVII, 205-212.
- Conte, F. & Coelho, M. (2009). Intervenção para o desenvolvimento de habilidades pró-sociais com crianças que apresentam padrão comportamental agressivo. In: Souza, S., Haydu, V. (Ed.), *Psicologia Comportamental Aplicada: avaliação e intervenção nas áreas de esporte, clínica, saúde e educação*. Londrina, PR: Eduel.
- Custódio, S., Domingues, C., Vicente, L., Silva, M., Dias, M., & Coelho, S. (2010, Fevereiro). *Auto-conceito/auto-estima e vinculação nas relações de namoro em estudantes do ensino secundário*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- DeVellis, R. F. (2003). Scale Development: Theory and applications (2nd Ed.). In Bickman, L., & Rog, D. J. (Eds.). *Applied Social Research Methods Series (Vol.26)*. London: SAGE Publications.
- DiLalla, L. F. (2004). *Behavior genetic principles: Perspectives in development, personality, and psychopathology*. Washington, DC: APA Press.
- Dishon, T. & Patterson, G. (2006). The development and ecology of antisocial behaviour in children and adolescents. In D. Cicchetti (Ed.) & D. J. Cohen, *Developmental psychopathology: Risk, disorder and adaptation*, (Vol. 3, pp. 503-533). New York : John Wiley & Sons.

- Donnellan, M., Trzesniewski, K., Robins, R., Moffitt, T. & Caspi, A. (2005). Low self-esteem is related to aggression, antisocial behavior, and delinquency. *Psychological Science*, 16, 328-335.
- Emídio, R., Santos, A., Maia, J., Monteiro, L. & Veríssimo, M. (2008). Auto-conceito e aceitação pelos pares no final do período pré-escolar. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI): 491-499.
- Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes. *Análise Psicológica*, 23 (4), 361-371.
- Ferraz, S. (2008). Comportamentos de bullying: Estudo numa Escola Técnico – Profissional. (Dissertação não publicada). Universidade do Porto. Porto.
- Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer – Psicologia da adolescência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Formiga, N. (2003). Adaptação e Validação da Escala de Condutas Anti-Sociais e Delitivas ao Contexto Brasileiro. *Revista Psico*, 34(2), 367-388.
- Formiga, N. (2005). Condutas Anti-Sociais e Delitivas e Relações Familiares em Duas Áreas Urbanas na Cidade de Palmas-TO. *Aletheia*, 22, 63-70.
- Fontaine, A. (1991). O Conceito de Si Próprio no Ensino Secundário: Processo de Desenvolvimento Diferencial. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, 33-54.
- Fonseca, A., C. Simões A., Rebelo, J., Ferreira, J. & Cardoso, F. (1995). Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos. Novos dados para a população portuguesa do ensino básico. *Psychologica*, 14, 39- 57.
- Fonseca, A. (2000). Comportamentos anti-sociais: uma introdução. *Revista portuguesa de pedagogia: comportamento anti-social e educação*, 1, 2 e 3, 9-36.
- Fonseca, A. (2002). *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais. In A.C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.412-461). Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. & Tabora Simões, M. (2004). Comportamento antisocial: técnicas e instrumentos de avaliação. In A. C. Fonseca (Ed.). *Comportamento anti-social e crime*, (pp.39-72). Coimbra: Almedina.

Formiga, N., & Gouveia, V. (2003). Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Psico*, 34, 367-388.

Garaigordobil, M., Durá, A. & Pérez, J. (2005). Psychopathological symptom, behavioral problems, and self-concept/self-esteem: A study of adolescents aged 14 to 17 years old. *Anuario de Psicología Clínica y de la salud/Annuary of Clinical and Health Psychology*, 1, 53-63.

Gequelin, J. & Carvalho, M. (2007). Escola e comportamento anti-social. *Ciências e Cognição*, 11, 132-142.

Gomes, N., Diniz, N., Araújo A. & Coelho T. (2007). Compreendendo a violência domestica a partir das categorias género e geração. *Acta Paulista de Enfermagem* 20(4), 504-508.

Gomide, P. (2006). *Inventário de Estilos Parentais. Modelo teórico: manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, C. (2013). *O aluno e a transição: Relação entre o auto-conceito e atitudes face à escola*. (Dissertação de mestrado não publicada) Universidade de Évora, Évora.

Guerra, N., Huesmann, L., Tolan, P., VanAcker, R. & Eron, L. (1995). Stressful events and individual beliefs as correlates of economic disadvantage and aggression among urban children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 518-528.

Guimarães, J. (2012). *Autoconceito, autoestima e comportamentos desviantes em adolescentes*. (Dissertação de mestrado não publicada), ISPA, Lisboa.

Harter, S. (1999). *Construction of the self. A developmental perspective*. New York: Guilford Press.

Jiménez, S. (2004). *Significado psicológico, actitudes hacia la menopausia y autoconcepto en mujeres adolescentes en la etapa adulta media*. (Dissertação não publicada). Universidade de las Américas – México.

Lopes, S. (1995). *Os Filhos da Privação – A Relação entre as Privações Psicossociais na Primeira e Segunda Infância e o Evoluir para a Patologia Delinquencial*. (Dissertação de Mestrado não apresentada), Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Lourenço, I. (2004). *“Estilos Educativos Parentais e Delinquência Juvenil – Os Efeitos da Permissividade e da Incoerência Educativa”*. (Dissertação de Mestrado não publicada), Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Lopes, R. (2006). O auto-conceito revisitado. *Psychologica*, 41, 317-317.
- Machado, P. (2008, Junho). *Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano*. Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Maia, J., Ferreira, B., Veríssimo, M., Santos, A. & Shin, N. (2008). Auto-conceito e representações da vinculação no período pré-escolar. *Análise Psicológica*. 3(XXVI): 423-433.
- Marinho, M. & Caballo, V. (2002). Comportamento anti-social infantil e seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*. 3(2), 141-147.
- Marques, C. (2013). *Autoconceito e comportamento em adolescentes de uma escola técnica profissional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Escola Superior de Altos Estudos – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística: com a utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marta, T. (2012). *Variáveis de aprendizagem e o Autoconceito em alunos do 6º e do 9º ano de escolaridade*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Marsh, H. Parker, J. & Barnes, J. (1985). Multidimensional adolescent self-concepts: Their relationship to age, sex, and academic measures. *American Educational Research Journal*, 22, 422-444.
- Martins, M. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Fatores de risco e de proteção. *Análise Psicológica*, 2 (23), 129-135.
- Moffitt, T. (1993). “Adolescence-limited” and life-course-persistent “antisocial behavior”: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701.
- Moffitt, T. & Caspi A. (2000). Comportamento anti-social persistente ao longo da vida e comportamento anti-social limitado à adolescência: Seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 34(1, 2 e 3), 65-106.
- Moffitt T. & Caspi. A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and psychopathology* 13(2), 355-375.

- Monjas-Casares, M., Caballo, V. & Marinho, M. (2002). A criança tímida e retraída. *Pediatria Moderna*, 38, 196-201.
- Muller, F. (2008). Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças. *Educar em Revista*, 32, 123-141.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: Trajetórias, intervenções e prevenção*. Porto: Livpsic, Legis Editora.
- Neves, S. (2007). *Concepções pessoais de competência: Contributos para a construção e validação de um modelo compreensivo no contexto de realização escolar*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Osborne, W., & LeGette, H. (1982). Sex, race, grade level and social class differences in self-concept. *Measurement and Evaluation in Guidance*, 14, 195-201.
- Pacheco, J. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 18(1), 55-61.
- Patterson, G., Reid, J. & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. E.U.A.: Castalia Publishnh Company.
- Patterson, G. & Yoerger, K. (2002). Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio (A.C Fonseca, M. H. Gregório & M. H. Damião, Trans.). In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Peixoto, F. & Mata, L. (1993). Efeitos da idade, sexo e nível socioeconómico no autoconceito. *Análise Psicológica*, 3(XI), 401- 413.
- Pereira, S., Cia, F. & Barham, J. (2008). Autoconceito, habilidades sociais, problemas de comportamento e desempenho académico na puberdade: Interrelações e diferenças entre sexos. *Interação em Psicologia*, 12(3), 203-213
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2005). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS (4ª Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pires, M. (2001). Práticas de agressividade/Violência/Vitimação no contexto escolar. In Pereira B. & Pinto, A. (coords.) (Ed.), *A escola e a criança em risco – intervir para prevenir* (pp. 203-223). Porto: Edições Asa.
- Purkey, W. (1970). *Self concept ans school achievement*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.

- Quivy, R., & Campenhout, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Trans. Marques, Mendes & Carvalho. Lisboa: Trajectos.
- Saldanha, A., Oliveira, I. & Azevedo, R. (2011). O autoconceito de adolescentes escolares. *Paidéia*. 21(48), 9-19.
- Sampieri, R., Collado, C. & Lucio, P. (2007). *Fundamentos de metodología de la investigación*. Madrid: McGraw Hill.
- Sanchez, F. J., & Roda, M. D. (2003). Relationships between self-concept and academic achievement in primary students. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology and Psychopedagogy*, 1(1), 95-120.
- Sebastian, C., Burnett, S. & Blakemore, S. (2008). Development of the self concept during adolescence. *Trends in Cognitive Science* 12(11), 441-446.
- Serra, A. V. (1986b). A importância do auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*. 7(2), 57-66.
- Silva, C. (1995). *Bullying – A agressividade no 3º ciclo do ensino básico no meio urbano e rural*. Braga: CEFOPE – UM.
- Shavelson, R. J. & Bolus, R. (1982). Self-concept: The interplay of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74, 3-17.
- Simões, A., Fonseca, A., Formosinho, M., Rebelo, J., Ferreira, A. & Gregório, M. (2000). Diferenças de género no comportamento anti-social e nos problemas emocionais: Dados transversais e longitudinais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 34(1, 2 e 3), 107-130.
- Sim-Sim, M. & Lima, M. (2004). O auto-conceito sexual. *Psychologica*. 35, 211-232.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de Risco na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Sisto, F., Bartholomeu, D., Rueda, F., & Fernandes, D. (2004). Autoconceito e emoções. In C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Eds.), *Avaliação psicológica: formas e contextos* (pp.68-74). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Raposo, J., Gonçalves, O., Teixeira, C. & Fernandes, H. (2009). Relação entre dimensões do autoconceito e consumo de álcool em alunos. *Motricidade*. 5(1), 51-76.
- Rosinha, I. (2005). Abandono e adopção. In: Sá, E., Sottomayor, M., Rosinha, I. & Cunha, M. J. (Eds.). *Abandono e adopção*. Coimbra: Almeida.

Veiga, F. (1995). *Transgressão e auto-conceito dos jovens na escola*. Lisboa: Edição Fim de Século, Lda.

Veiga, F. (2006). Uma nova versão da escala de autoconceito Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHSCS-2). *Psicologia e Educação*, 5(1) 39-48.

Webster, G., Kirkpatrick, L., Nezlek, J., Smith, C. & Paddock, E. (2007). Different slopes for different folks: Self-esteem instability and gender as moderators of the relationship between self-esteem and attitudinal aggression. *Self and Identity*, 6, 74-96.